

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
LÍDIA DE PAULA COSTA ANDRADE**

**“NINGUÉM ACABA DÉBIL MENTAL”:
A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM A *BARCA DOS HOMENS*,
DE AUTRAN DOURADO**

Juiz de Fora
2019

LÍDIA DE PAULA COSTA ANDRADE

**“NINGUÉM ACABA DÉBIL MENTAL”:
A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM *A BARCA DOS HOMENS*,
DE AUTRAN DOURADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: tradição e ruptura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Gervason.

Juiz de Fora

2019

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF

A553

Andrade, Lídia de Paula Costa,
"Ninguém acaba débil mental": a deficiência intelectual em A
barca dos homens, de Autran Dourado/ Lídia de Paula Costa Andrade,
orientadora Dra. Juliana Gervason.- Juiz de Fora: 2019.
92 p.

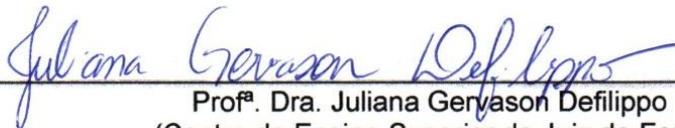
Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura brasileira)
– Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2019.

1. Literatura Brasileira Contemporânea. 2. Personagem. 3.
Deficiência Intelectual. 4. Diversidade. 5. Inclusão. I. Gervason, Juliana,
orient. II. Título.

CDD: B869.1

ANDRADE, Lídia de Paula Costa.
"Ninguém acaba débil mental": a
deficiência intelectual em *A barca dos
homens*, de Autran Dourado. Dissertação
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Letras,
do Centro de Ensino Superior de Juiz de
Fora, CES/JF, área de concentração:
Literatura Brasileira. Linha de pesquisa:
Literatura Brasileira: tradição e ruptura,
realizada no 1º semestre de 2019.

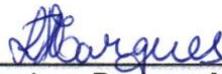
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Juliana Gervason Defilippo
(Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)



Prof.^a Dr. Edmon Neto de Oliveira
(Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)



Prof.^a Dra. Luciana Pacheco Marques
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Examinada em: 26/06/19.

Ao meu esposo, Paulo Henrique, meu companheiro compreensivo, incentivador e auxiliador.

As minhas filhas, Gabriela e Isabelly, que entenderam minha rotina corrida junto aos novos membros da família. Ao meu querido genro Jean e a minha linda netinha Alícia.

A minha mãe, que sempre esteve orando e orgulhosa das minhas labutas.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me sustentou e capacitou durante a caminhada.

Aos meus queridos familiares, em especial ao meu esposo que sempre me motivou, auxiliou financeiramente e junto com minhas filhas, Gabriela e Isabelly, entenderam minha falta de tempo e ansiedade em cada etapa a ser vencida.

Agradeço a Deus pelos presentes que encaminhou a nossa família durante esse período, meu genro Jean, considerado nosso novo filho, e a netinha Alícia, que nos enche de alegria todos os dias.

A todos os professores do Mestrado, sempre muito competentes e em especial aos membros das bancas de qualificação e de defesa, pelo tempo concedido e aos enriquecimentos trazidos ao meu trabalho.

Enfim, agradeço e dedico a todos que torceram por mim nessa caminhada e aqueles que possuem algum tipo de deficiência, que tenham suas vozes ouvidas e atendidas a tempo em nossa sociedade.

O texto literário me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio me identifico com os outros e sou afetado por seu destino, suas felicidades e seus sofrimentos são momentaneamente meus.

Antoine Compagnon

RESUMO

ANDRADE, Lídia de Paula Costa. “**Ninguém acaba débil mental**”: a deficiência intelectual em *A barca dos homens*, de Autran Dourado. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

Esta pesquisa tem como propósito compreender a representação da personagem com Deficiência Intelectual, presente no romance **A barca dos homens** (1961), de Autran Dourado, traçando parâmetro entre a evolução histórica, terminológica e epistemológica desta Deficiência. Paralelamente, discutiremos o texto literário como espaço possível para a manifestação de vozes até então silenciadas. A investigação pretende se fundamentar no viés da transdisciplinaridade, possibilitando diálogo entre Literatura, História, Sociologia e Psicopedagogia. Para isto, foram utilizados como eixos teóricos os estudos desenvolvidos por Norbert Elias e John Scotson nos componentes que se relacionam ao campo da Sociologia, sobretudo nas discussões e reflexões a respeito dos conceitos acerca dos estabelecidos e *outsiders*. Tangenciando esta abordagem, nos debruçaremos sobre os estudos de Alfredo Bosi, Giorgio Agamben, Luciana Pichio e Regina Dalcastagnè quanto à diversidade no campo literário e aos aspectos próprios à produção literária da contemporaneidade. Para compreensão da Deficiência Intelectual, auxiliarão na abordagem pesquisadores como Maria Teresa Mantoan e Cristina Batista; Maria Amiralian; Marilu Dicher e Elisaide Trevisan; Cláudia Werneck; Blanche Giordano; Maria Aparecida Gugel; Otto Marques Silva; Márcia Pletsch e Romeu Sasaki. A metodologia a ser utilizada será de cunho exploratório e de natureza bibliográfica.

Palavras-chave: Literatura Brasileira Contemporânea. Personagem. Deficiência Intelectual. Diversidade. Inclusão.

ABSTRACT

The intent of this research is to understand the representation of the intellectually disabled character in the novel *A barca dos homens* (1961), by Autran Dourado, setting a parameter between the historical, terminological and epistemological evolution of this disability. Concurrently, the literary text will be discussed as a possible place of expression for the so far silenced voices. The investigation will be based on a transdisciplinary vision, allowing literature, history, sociology and psychopedagogy to be correlated. To achieve this, the studies developed by Nobeit Elias and John Scotson will be used as theoretical axes in the components related to sociology, especially in the discussions and reflections related to the concepts in the work *Os estabelecidos e outsiders*. In addition to this approach, the studies of Alfredo Bosi, Giorgio Agamben, Luciana Pichio and Regina Dalcastagnè will be examined concerning the diversity in the literary field and the aspects of contemporary literary production. To better understand mental disability, this approach will be assisted by researches such as Maria Teresa Mantoan and Cristina Batista, Maria Amiralian, Marilu Dicher and Elisaide Trevisan, Cláudia Werneck, Blanche Giordano, Maria Aparecida Gugel, Otto Marques Silva, Márcia Pletsch and Romeu Sassaki. The methodology used will be exploratory and of bibliographic nature.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature. Character. Intellectual Disability. Diversity. Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distinção semântica entre os conceitos	36
-----------------	--	----

LISTA DE SIGLAS

AAIDD	<i>Association on Intellectual and Developmental Disabilities</i>
AGPM	Atraso Global do Desenvolvimento Psicomotor
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CID	Classificação Internacional de Deficiências
CIDID	Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
DI	Deficiência Intelectual
DM	Deficiência Mental
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
ICIDH	<i>International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
QI	Quociente de Inteligência
SESPE	Secretaria Educação Especial
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	17
2.1	ESPAÇO DE VOZES MÚLTIPLAS: A LITERATURA COMO LUGAR DE FALA	21
2.2	IGUAL LEGIMITIDADE PARA A CRIAÇÃO: UM OLHAR PARA A INCLUSÃO TAMBÉM NO CAMPO LITERÁRIO	25
2.3	ESTABELECIDOS E <i>OUTSIDERS</i> NA LITERATURA	29
3	A DEFICIÊNCIA	32
3.1	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	32
3.2	BREVE PANORAMA HISTÓRICO	38
3.3	HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL	42
3.4	MODELOS TEÓRICOS	48
3.5	A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, CONCEITOS E TERMINOLOGIAS	51
4	“FORTUNATO, ESSE COITADO...”: A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	57
4.1	BREVE BIOGRAFIA DE AUTRAN DOURADO	57
4.2	VISÃO GERAL DA ESTRUTURA ROMANESCA DE A BARCA DOS HOMENS : ESPAÇO, PERSONAGENS E TRAMA	59
4.3	“TODO DIA ALGUÉM CRUCIFICA ALGUÉM”: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA SOB A PERSPECTIVA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ..	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a produção literária brasileira tem propiciado espaço para as minorias, reflexo de um movimento que vem ocorrendo em muitos países. Tal perspectiva permite que a Literatura ocupe um novo lugar, podendo agir como instrumento de conquistas políticas e sociais. Isto, porque a leitura crítica das narrativas proporciona aos leitores uma melhor compreensão das minorias representadas no texto literário. Este espaço para refletir e compreender a presença do outro por meio da voz literária, permite ao leitor e, sobretudo, à sociedade na qual ele está inserido, inferir sobre diversas questões sociais relacionadas ao indivíduo que de alguma forma não tenha total acesso à cidadania, à educação, ao emprego, à saúde ou a outros direitos sociais. Nesse sentido, a Literatura oportuniza ao leitor refletir sobre o registro das desigualdades, descortinando quadros de discriminação, segregação, omissão, absenteísmo à Legislação vigente, descaso, dentre outros, proporcionando ainda a capacidade de criar um novo olhar em relação ao indivíduo/personagem.

Logo, conforme nos é perceptível nos últimos anos, vozes como aquelas pertencentes aos negros, índios e às mulheres – para citar os exemplos mais comuns – estão ocupando mais espaço, não apenas no terreno ficcional, inseridos nas narrativas como personagens, mas especialmente no prisma autoral. Um fenômeno que se pode verificar na contemporaneidade é o surgimento de editoras que acolhem e divulgam as publicações voltadas para públicos específicos, corroborando não apenas para legitimar essas vozes como, e principalmente, validar a urgência de se ainda estabelecer um espaço de fala para aqueles que foram silenciados ao longo da história.

É ainda mais recente a inserção da Deficiência Intelectual no campo literário brasileiro e, nesse caso, em virtude de razões outras que serão abordadas ao longo desta pesquisa, tal inserção ocorreu apenas no plano narrativo, por meio da voz de personagens. Uma das primeiras publicações nesse campo, o romance intitulado **O som e a fúria**, foi escrito por William Faulkner. Publicado no ano de 1929, o livro de origem norte-americana apresenta seu primeiro capítulo narrado sob o ponto de vista de um deficiente mental, a personagem Benjy Compson, o qual não possui quaisquer noções de tempo, o que lhe conduza a narrar passado e presente de maneira simultânea. Atualmente, a terminologia deficiente mental - tal como é

adotada no livro de Faulkner - não é mais empregada, sendo substituída pela expressão deficiente intelectual. Tal mudança parte de significativos olhares reestruturadores de concepções quando não negativas, ainda preconceituosas acerca destes conceitos, conforme será abordado e melhor explorado na seção 3.5 desta dissertação.

Ainda que na presente pesquisa busquemos estabelecer e delimitar as diferenças entre Deficiência Intelectual – definido como prejuízo das funções cognitivas causadas por fatores que afetam o desenvolvimento do cérebro e acometem o indivíduo em grau leve a grave – e Doença Mental – quando o indivíduo apresenta quadros de neuroses, tais como ansiedade e medo exagerado, ou psicoses, sendo estes, fenômenos psíquicos anormais –, é possível perceber não apenas na sociedade, mas também na Literatura, que esta relação era e ainda é parcialmente tempestuosa. Socialmente, nota-se que os indivíduos com Deficiência Intelectual sofreram, ao longo dos anos, vários tipos de exclusão e incompreensão por parte da sociedade, além de estarem constantemente fadados a certa confusão diante dos conceitos acerca de Doença Mental. Compreendemos que esta relação se reflete também no campo literário ao perceber que personagens com estes tipos de deficiência aparecem de maneira isolada, e no caso da Deficiência Intelectual, tal movimento é ainda mais recente. Nesse sentido, diante de um mapeamento realizado na Literatura Brasileira, verificamos no livro **A barca dos homens**, do escritor mineiro Autran Dourado, sua primeira manifestação notória, especificamente no ano de 1961¹.

No Brasil, por muitos anos, o indivíduo deficiente foi desprezado, excluído, discriminado e identificado socialmente por termos pejorativos, sobretudo, em virtude da falta de conhecimento e da ausência de estudos mais aprofundados dentro das áreas do saber. No decorrer dos anos, muitas pessoas com diagnóstico de Deficiência Intelectual, por exemplo, foram confundidas ou identificadas como doentes mentais. Diante destas questões e, ainda, da pouca abordagem acerca do tema em voga no campo acadêmico, especificamente na área dos estudos da Literatura Brasileira, esta pesquisa tem como intuito compreender como ocorre a representação do personagem com Deficiência Intelectual no romance **A barca dos homens**, de Autran Dourado. Paralelamente, discutiremos o texto literário como

1 A edição utilizada nas referências dessa dissertação data de 1983.

espaço possível para a manifestação de vozes até então silenciadas, e buscaremos, ainda, traçar parâmetro entre evolução histórica, terminológica e epistemológica da Deficiência Intelectual a partir deste *corpus* literário.

Para verificar a incidência desta temática, inicialmente realizamos mapeamento a partir da leitura de alguns romances brasileiros contemporâneos. Como respaldo, buscamos identificar narrativas que apresentassem personagens claramente representados como Deficiente Intelectual. Durante o processo de realização do levantamento, foi possível perceber que a incipiência diante deste quadro de deficiência estendeu-se também ao texto literário quando, ao longo da investigação, identificamos apenas duas obras contemporâneas pertinentes à temática em análise. Foi possível reconhecer o tema nos livros **A hora da estrela** (1977), de Clarice Lispector e **Meu coração de pedra pomes** (2013), de Juliana Frank, embora até mesmo a própria identificação nos livros careça de uma discussão mais ampla. Isto, porque nas obras citadas as características de Deficiência Intelectual mesclam-se àquelas relativas à Doença Mental. Paralelamente, verificamos ainda outros livros isolados cujos personagens apresentam características, mas não são acertadamente identificados. Nesse sentido, muitas narrativas ficaram de fora do *corpus* final de análise. Logo, a confirmação da presença da Deficiência Intelectual, pelos autores, na construção das personagens presentes na narrativa, estabeleceu-se, até o momento, apenas nos romances **A barca dos homens** (1961), de Autran Dourado, e **Gaspar e a linha Dnieperpetrovisk** (1994), de Sérgio Caparelli. Após este apanhado de dados inicial, optamos por analisar apenas o romance de Autran Dourado por ser o primeiro a apresentar tal representação, possibilitando descrição e análise das características do indivíduo deficiente intelectual em seu contexto sócio-histórico.

Tal mapeamento caracterizou-se por uma pesquisa acerca das publicações de editoras renomadas, procurando verificar tanto nos clássicos, como nas publicações mais recentes, personagens principais com a deficiência em destaque. Para estabelecer a metodologia a ser adotada neste levantamento, optamos por investigar apenas romances brasileiros, com destaque no mercado editorial e acessíveis ao grande público. Desta forma, excluímos publicações independentes ou de pequenas editoras que, em algum momento, poderiam oferecer algo dentro deste quadro. Compreendemos que toda delimitação de *corpus* pode resultar em exclusões, sejam aquelas conscientes, sejam aquelas naturalmente a nós distantes.

Mas consideramos importante destacar que este mapeamento não buscou definir e delimitar qual seria o único ou primeiro romance a estabelecer tal abordagem, e sim, mais especificamente, traçar um panorama que nos permitisse, diante de tais definições de pesquisa, realizar a análise aqui empreendida. Por isso, ratificamos que como primeira manifestação notória, o romance de Autran Dourado merece uma análise mais detalhada como aquela que aqui propomos, já que anterior a ele não encontramos, ao longo do mapeamento, nenhum outro romance de destaque.

Com a intenção de considerar a Literatura como espaço de voz possível para todos, apresentamos uma breve historiografia da Literatura Brasileira Contemporânea, situando o contexto literário de Autran Dourado na seção **A literatura brasileira contemporânea**. Posteriormente, apresentamos a Literatura como lugar significativo de fala com expressivo valor social, viabilizando pensar, por intermédio das letras, na subseção **Espaço de vozes múltiplas**: a literatura como lugar de fala. Em seguida, abordamos de forma moderada o movimento pela sociedade inclusiva, realçando o termo inclusão, enquanto direito à igualdade para toda a humanidade em todos os sistemas sociais, também no campo literário. Nesta subseção, ressaltamos as pressões da sociedade por uma inclusão que seja efetiva, processo que no campo literário até então acontece de maneira lenta, apresentando a voz do deficiente intelectual ainda de modo abstraído e confuso. Na subseção intitulada **Os estabelecidos e os outsiders**, dedicamos nossas discussões às reflexões que indubitavelmente nos permitirão pensar as relações de poder existentes na sociedade atual.

A Deficiência, de forma geral, é apontada por meio da apresentação de conceitos e definições de acordo com algumas pesquisas e alguns pesquisadores referenciais na área. São trazidos de maneira breve um histórico da forma como se lidou com a Deficiência Intelectual, bem como os modelos teóricos e suas terminologias ao longo dos anos. Por fim, apresentamos a seção **“Fortunato, esse coitado...”**: a Deficiência intelectual na literatura brasileira contemporânea, na qual elencamos alguns dados bibliográficos a respeito do escritor Autran Dourado e, em seguida, analisamos o romance **A barca dos homens** (1961). Neste livro, foi possível verificarmos a voz do jovem excluído, a personagem Fortunato, claramente identificada com Deficiência Intelectual; uma vítima da incompreensão social.

A relevância deste estudo, portanto, encontra-se na necessidade de identificarmos como o deficiente intelectual é abordado na narrativa **A barca dos**

homens (1961), por meio da personagem Fortunato, e assim conceber suas características e fatores de exclusão e inclusão social ao traçar paralelo com a época trazida à luz na narrativa e os acontecimentos inerentes aos dias atuais.

2 A LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A inclusão no campo literário, talvez, ainda mais do que nos outros, é uma questão de legitimidade.

Regina Dalcastagnè

A história da Literatura Brasileira é constituída por diversas etapas, conforme aponta Alfredo Bosi (1994). Segundo o teórico, nos três primeiros séculos do Brasil Colônia, a produção literária se configurou resultado de movimentos literários europeus. Os textos teriam surgido no Brasil já no período do outrora denominado Barroco Luso-Brasileiro:

[...] só com a presença deste (o período barroco) na cultura europeia, e sobretudo ibérica, que surgirá entre nós uma organização estética da prosa: os sermões de Vieira, a historiografia gongórica de Rocha Pita e mesmo a alegoria moral de Nuno Marques Pereira (apesar do didatismo que a marca) já serão exemplos de textos literários, isto é, de mensagens que não se esgotam no mero registro de conteúdos objetivos, o que lhes acresce igualmente o peso ideológico (BOSI, 1994, p. 25, grifos do autor).

Nota-se, conforme estudos históricos, que o início do século XX representou para a história do mundo um período de notável efervescência, em decorrência de grandes acontecimentos, tais como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, por exemplo. No Brasil, este cenário não se deu de forma diferente, já que se vivia uma política nacional articulada por oligarquias – ora de São Paulo e Minas Gerais, ora do Rio Grande do Sul – e presenciava-se processo de urbanização e industrialização nos grandes centros urbanos, criando atmosfera propícia ao Modernismo, movimento que, em linhas gerais, propôs repensar a realidade e a cultura do país, segundo afirma Bosi (1994).

Conforme apontam estudos voltados para a história e formação da Literatura Brasileira, a exemplo de **História concisa da literatura brasileira** (1994), do supramencionado teórico, o Modernismo começa a se delinear no cenário brasileiro

a partir de 1922, quando um grupo de artistas constituído por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, entre outros, organizou uma semana diferenciada no Teatro Municipal de São Paulo, nomeada Semana de Arte Moderna. Tal evento durou apenas três noites e expôs diferentes manifestações, tais como artes plásticas, declamação de poesia e concertos, fugindo aos padrões canônicos artísticos com os quais a população brasileira desde sempre estivera acostumada. Frente ao novo, a reação das pessoas que lá compareceram se deu por meio de protestos e vaias. Já estavam engendrados, porém, os primeiros passos da estética modernista que buscava o novo a qualquer preço: “[...] queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte [...]” (BOSI, 1970 p. 338). Influenciados pelos movimentos de vanguarda, isto é, Futurismo, Cubismo, Dadaísmo e Surrealismo, estes artistas pregavam que a arte deveria ter suas próprias leis de funcionamento e refletir os acontecimentos daquela nova realidade, desviando-se do convencionalismo tanto em relação à forma, quanto ao conteúdo. Por ser tão complexo, o Modernismo Brasileiro, segundo a historiografia literária, passou por dois momentos principais: uma primeira fase, de 1922 a 1930; e uma segunda fase, de 1930 a 1945, se estendendo, na visão de muitos autores, até os dias atuais.

Na primeira fase modernista, na qual as obras de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira ganham grande destaque, observou-se uma tentativa de negação total ao modelo tradicional de criação artística até então preconizado. Além disto, é evidente também a afirmação das propostas modernistas, que entre outras reivindicações, postulavam a liberdade da criação artística, tendo em vista a realidade brasileira. Já na segunda fase, conforme aponta Bosi (1994), com as inúmeras publicações de Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade, assentadas na assimilação das propostas modernistas, se passou a focar a retomada de consciência da realidade brasileira, descrevendo-a minuciosamente e apontando os seus principais problemas por meio da prosa ficcional. Nesse cenário, em que uma gama de romances chega às mãos dos leitores, retrata-se a relação entre o homem, reflexo de uma coletividade, e a terra em que vive, ao buscar, também, compreender o seu íntimo, por meio de complexas análises psicológicas, como fez Rachel de Queiroz. Ademais, faz-se perceptível a aderência da arte literária à cultura do povo, uma vez que se utiliza de

uma linguagem simples e de construções linguísticas mais diretas, próximas à comunicação oral do brasileiro.

Reflexo dos acontecimentos históricos vivenciados pelos homens, em meados do século XX, a Literatura, enquanto campo de construção de conhecimentos, passou por novas transformações. Ao adentrar a contemporaneidade, demarcada por uma série de acontecimentos, entre estes, o período pós-Guerra Mundial, o fim do Estado Novo e o surgimento de uma Ditadura Militar no Brasil, foi possível perceber

[...] uma sucessão cada vez aproximada de gerações na cena literária e, de outro, uma contínua interpenetração de poéticas individuais e coletivas, um jogo alternado de influências e de rebeliões, um experimentalismo poético sentido como compromisso social e um compromisso formalizado em esquemas abstratamente hedonísticos (PICCHIO, 2004, p. 589).

De acordo com Giorgio Agamben (2009), os contemporâneos são raros, não obstante ser necessário ter coragem para sair da mesmice, ser perceptivo, ousar. Para este filósofo, a contemporaneidade, portanto, é uma relação peculiar com seu tempo, ao aderir e ao tomar distância, simultaneamente, e permitindo se envolver e ver externamente. Agamben (2009) também propõe uma segunda definição de contemporaneidade:

[...] contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta a contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente (AGAMBEN, 2009, p. 62).

Assim, tais aspectos incidem também no fazer literário, evidenciando uma preocupação de se produzir uma arte complexa, atrelada às transformações da vida moderna, atuando sobre o leitor de maneira mais crítica, já que, conforme afirma Picchio (2004),

[...] não há mais fratura ideológica entre o poeta concretista que trabalha, aparentemente por puro hedonismo, o seu material linguístico, o artista pós-informal, o poeta folk, o cineasta psicológico de indivíduos e da sociedade, o crítico estruturalista e o escritor comprometido. Porque todos exercem uma atividade crítica, de denúncia desmistificatória, sobre o material que examinam seja essa palavra, dado histórico, fato social, acontecimento político (PICCHIO, 2004, p. 590).

Nesse contexto, torna-se abundante, no âmbito ficcional, a produção de romances que narram e leem o cotidiano brasileiro de maneira mais complexa. Tal característica evidencia-se em muitos autores, sobretudo no escritor mineiro que compõe nosso *corpus* de análise, Autran Dourado, cujas narrativas se entrelaçam a partir da atuação de personagens emblemáticos.

Segundo Regina Dalcastagnè (2001), nos dias atuais, nota-se que, além da voz do homem branco e escolarizado, há outras vozes igualmente lutando pelo direito à fala na Literatura, como os negros, as mulheres e a população LGBT. Tais vozes compõem narrativas destinadas à valorização de uma identidade própria, ou até mesmo, à valorização das diferenças sociais e culturais. Nestas narrativas contemporâneas, rompe-se com a figura do autor absoluto que tudo sabe e no qual se pode confiar cegamente, pois

[...] os escritores interferem na narrativa de modo a ressaltar a presença daquele que fala, localizando-o em seu contexto e prerrogativas. Pretende, em seu afã autodenunciador, que o leitor tropece em juízos alheios, esbarre nos próprios preconceitos, que ele estreite os olhos para enxergar melhor percebendo que também inventa aquilo que não consegue distinguir (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 116).

Com distintos objetivos, incluindo a representatividade, os livros contemporâneos apresentam personagens problemáticas, conflituosas, muitas vezes, à margem da sociedade, desconstruindo a figura do herói, que há muito esteve presente na Literatura – movimento que ganhara significativa força no Modernismo Brasileiro. Conforme aponta Dalcastagnè (2001), mais do que isto, ao lançarem mão de diferentes técnicas de narração, como o fluxo de consciência ou o monólogo interior, rompe-se com a imposição de uma verdade absoluta ao escrever para um leitor convidado a participar da obra e a construir seus próprios sentidos.

Apresentamos, brevemente, a historiografia da Literatura, onde optamos por situar, especificamente, apenas o contexto literário em torno do qual se faz presente a produção de Autran Dourado, escritor da obra **A barca dos homens** (1961), componente do *corpus* de análise desta pesquisa. Paralelamente foi possível observar que experienciamos momento no qual a Literatura tem permitido que outras pessoas a consumam e a produzam, e não mais somente uma pequena parcela da sociedade, como foi notório por muito tempo na história. Diante disto, é possível percebermos nas novas obras literárias, a citar as narrativas, profundo rearranjo quanto àquele que fala, o que se fala, sobre quem se fala, como se fala, a

quem se fala e porque se fala, questões estas norteadoras de estudos tais como o que aqui apresentamos.

Recorremos a Alfredo Bosi e Luciana Picchio para apresentar um brevíssimo panorama da Literatura Brasileira com o intuito de melhor situar o contexto no qual se tem a gênese de autores como Autran Dourado e, principalmente, retomar o que consideramos ponto de partida para discussões contemporâneas, tais como aquelas que ainda iremos apresentar. Na próxima subseção, apresentaremos como a Literatura se constitui arte de significativo valor social, uma vez que, para além do efeito estético, traz consigo a possibilidade de pensar por meio das letras, ao informar a partir do entretenimento e, principalmente, tornar-se lugar de fala para grupos outros excluídos ou silenciados.

2.1 ESPAÇO DE VOZES MÚLTIPLAS: A LITERATURA COMO LUGAR DE FALA

Habituo-nos a ser referência. Por isso é tão difícil valorizar o saber de alguém a quem rotulamos de deficiente mental.

Claudia Werneck

A Literatura é uma arte singular, pois permite, por meio das obras literárias, a aquisição de conhecimentos, muitas vezes encontrados apenas em documentos científicos. Além disto, atua como espaço que possibilita presentificar a voz das minorias silenciadas para expressar e/ou divulgar, a partir das representações da personagem e seu contexto, situações históricas, socioculturais e psicossociais. Autores como Antonio Candido (2000), por exemplo, a ela se referem utilizando-se de interessante analogia ao afirmar que no século XIX, nossos sociólogos e antropólogos eram José de Alencar e Joaquim Nabuco, pois fora por meio da Literatura que se tornou possível melhor conhecermos nosso país.

Ao ler uma narrativa literária e ao apropriar-se das vivências ali retratadas, o leitor aufere informações que podem vir a modificar suas práticas sociais em benefício da sociedade. A Literatura possui significativo papel social, sobretudo porque pode promover, a partir da disseminação de conhecimentos, o moldar e o transfazer do indivíduo. É considerada recurso de legitimação de fala e de

conquistas, visto que é um espaço que oportuniza dar e receber conhecimento de si e de outrem. Estar ou fazer-se representado por meio da Literatura é oportuno, não obstante oferecer também, mesmo que intrinsecamente, informações que podem gerar o envolvimento/comprometimento daquele que lê e se deixa influenciar pelo que lhe é narrado. Sobre este fato, Werneck (2000, p. 21) questiona: “[...] como a família, a escola e a mídia – nela incluo a literatura – podem colaborar na implementação dos ideais da inclusão em nosso país? [...]”. Considerando ser recente no Brasil o processo de inclusão do deficiente² – seja ele mental ou intelectual – Werneck (2000, p. 23) afirma: “[...] só a partir de 1995 vem sendo incorporado às reflexões e aos objetivos de profissionais que lidam com a questão da deficiência [...]”.

Esse processo de inclusão ocorre tanto nas esferas sociais como um todo, como também na Literatura Brasileira Contemporânea – e, neste caso, o fenômeno se dá de forma ainda mais recente. Isto, porque a crítica literária, ao longo dos anos, tem identificado com precisão, principalmente na produção pretérita, vozes como aquelas pertencentes aos negros, indígenas, homossexuais e às mulheres, por exemplo. Ou seja, são diversas as produções literárias excluídas do campo de legitimidade, ou pormenorizadas pela instituição acadêmica, que buscaram algum tipo de representação no texto, apresentando uma reação contra o sistema dominante.

Por mais que novas vozes tenham aos poucos adentrado o campo literário, no caso específico dos indivíduos com deficiência intelectual, este caminho parece ainda mais intrincado e incipiente, mesmo diante de todo o movimento de inclusão social que circunda a Literatura. Identificamos tal realidade durante a feitura do mapeamento das obras a serem aqui analisadas, uma vez que constatamos escassez de produções literárias abordando esta temática ou inserindo personagens com as características que revelariam algumas destas deficiências.

De acordo com Dalcastagnè (2007), é possível observar que o campo literário brasileiro se caracteriza como espaço de exclusão, tendo como sua maioria autores homens, brancos, moradores dos grandes centros urbanos e de classe média, os quais escrevem sobre personagens dentro desta perspectiva social. A pesquisadora

2 Segundo Sasaki (2005), a partir da década de 1980, o termo utilizado vinha sendo Deficiência Mental. Antes disso, muitos outros termos já existiram. E, atualmente, há uma tendência mundial – brasileira também – de se usar Deficiência Intelectual, termo mais apropriado por se referir especificamente ao funcionamento do intelecto e não ao funcionamento da mente.

aponta que em ampla pesquisa sobre a totalidade dos romances publicados pelas principais editoras do país durante o período de 1990 a 2004, evidencia-se a homogeneidade dos autores no que se reflete às suas criações. Ao abordar a questão da representatividade na Literatura Brasileira, a teórica declara que “[...] o outro (mulheres, pobres, negros, trabalhadores) está, em geral, ausente; quando incluído nessas narrativas, costuma aparecer em posição secundária, sem voz e, muitas vezes, marcado por estereótipos [...]” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 18).

Nesse sentido, corroboramos a fala desta professora, destacando também a escassez de narrativas que representem a voz do deficiente intelectual. Para Dalcastagnè (2012), a preocupação da inserção dessas vozes não pode ser reduzida apenas a um modismo da academia, e sim a um fator politicamente significativo. A este respeito, a autora destaca, ao citar Antonio Candido, que “[...] comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime [...]”, afirmando ainda, ao citar Antonio Candido, que esta Literatura não “[...] apenas exprime pelo aquilo que nos diz, mas também por aquilo sobre o qual cala [...]” (CANDIDO apud DALCASTAGNÈ, 2012, p. 196). Na perspectiva da Literatura como expressão da voz que legitima e que também se deixa ocultar, constata-se a fala do deficiente intelectual silenciada nesse espaço. Segundo a pesquisadora, é no terreno literário que são construídas e validadas as representações sociais de mundo, sendo também o lugar em que são reproduzidas e perpetuadas determinadas representações sociais, camufladas no que ela irá chamar de “[...] pretenso realismo da obra [...]” (DALCASTAGNÈ, 2007). Sobreleva, ainda, que ao manusear

[...] as representações sociais, o autor pode, de forma esquemática: (a) incorporar essas representações, reproduzindo-as de maneira acrítica; (b) descrever essas representações, com o intuito de evidenciar seu caráter social, ou seja, de construção; (c) colocar essas representações em choque diante de nossos olhos, exigindo o nosso posicionamento – mostrando que nossa adesão, ou nossa recusa, que nossa reação diante dessas representações nos implica, uma vez que fala sobre o modo como vemos o mundo, e nos vemos nele, sobre como se dá nossa intervenção na realidade, e as consequências de nossos atos (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 18).

Diante do exposto, é possível inferir que de fato a Literatura é espaço que legitima quem possui a representatividade. Conforme afirma o escritor Salim Miguel (2012), “[...] escrevo para ser lido. Para deixar o meu recado, o recado do meu

tempo, do meu jeito, da minha época [...]”³.

É nesta perspectiva que algumas questões se apresentam para esta dissertação: quem tem escrito com o propósito de ser a voz da minoria deficiente? Como tem escrito? Com que olhar? Buscar respostas para tais questionamentos nos permite reforçar o argumento de que a Literatura pode ajudar a difundir as questões sociais para além do papel.

Destarte, faz-se necessário compreender o poder desse espaço e assim ouvir o que as vozes têm a nos dizer por meio do olhar que representam. No caso do *corpus* em questão, a visibilidade será para o deficiente intelectual representado pela personagem Fortunato, em **A barca dos homens**, de Autran Dourado. A maneira como o deficiente Fortunato é tratado durante toda a trama nos reporta aos períodos históricos no qual a falta de informação e de Políticas Públicas, juntamente a uma sociedade culturalmente discriminatória e omissa em relação às necessidades individuais do deficiente, propiciam que a vida de um ser humano seja colocada em risco ou tirada de forma descabida. Tal situação não se diferencia muito da realidade exterior à Literatura, em que a cada dia, mesmo com a difusão de novos conhecimentos sobre o âmbito das deficiências, milhares de deficientes são ignorados, desprezados e humilhados, colocados à margem da sociedade. É em contato com a voz do deficiente intelectual e o contexto de vida vivenciado por ele no dia a dia, que o leitor contemporâneo é convidado a construir sentidos para a Literatura e, conseqüentemente, em choque com outras realidades, poderá repensar a sua própria realidade, a fim de transformá-la.

Nesta subseção, averiguamos o caráter social da Literatura enquanto espaço de representatividade e de legitimação de vozes. É iminente perceber que muitos escritores promoveram, por conta de seus romances, a aquisição de conhecimentos de natureza científica, entretanto, trazidos ao leitor por meio de sua expressividade literária. Entrevemos também o absentismo da voz do deficiente intelectual nas narrativas da Literatura Brasileira. Na subseção seguinte, abordaremos a necessidade deste espaço literário para todos, pelo seu poder de representatividade, informação e despertar da sensibilidade.

³ Demais informações disponíveis no seguinte *link*: <http://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2012/05/Book_Rascunho_102.pdf> Acesso em 26 out. 2018.

2.2 IGUAL LEGITIMIDADE PARA A CRIAÇÃO: UM OLHAR PARA A INCLUSÃO TAMBÉM NO CAMPO LITERÁRIO

Ninguém está sendo bonzinho por agir assim.

Claudia Werneck

Vivemos um momento no qual a sociedade, sobretudo a brasileira, passa por processos de transformação os quais preconizam assegurar o direito à igualdade e à dignidade daqueles que possuem como peculiaridade individual a Deficiência Intelectual. Segundo a Declaração de Madri (2003):

uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar em um mundo flexível para todos. O que for feito hoje, em nome da questão da deficiência, terá significado para todos no mundo de amanhã (DECLARAÇÃO DE MADRI, 2003, apud GUGEL, 2006, p. 195).

A jornalista Cláudia Werneck, em seu livro intitulado **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva** (2000), ressalta que o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, destacando a Assembleia das Nações Unidas de 1990, que definiu regras por intermédio da Resolução nº 45/91. Tal Resolução, explana Werneck (2000), defende uma sociedade para todos e consciente da diversidade da raça humana a qual deveria atender a necessidade dos cidadãos privilegiados aos marginalizados, salientando o igual valor de todos os seres humanos: “[...] favorecer a integração de cidadãos de deficiência na sociedade é obrigação dos governos, está na Constituição Brasileira. Ninguém está sendo bonzinho por agir assim [...]” (WERNECK, 2000, p. 242). A estudiosa assinala, ainda, que a sociedade inclusiva exige autotransformações, destacando a diferença dos processos de inclusão filosófico e ideológico, cujas filosofias correspondem à crença do direito de todos à participação e à contribuição para o desenvolvimento do indivíduo com deficiência. Como ideologia, a inclusão seria a quebra de barreiras em torno daqueles estigmatizados. O termo inclusão social é conceituado por Romeu Sassaki (1999) como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e,

simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1999, p. 41).

A inclusão deveria ser uma via de mão dupla por meio da qual tanto a sociedade, como o deficiente, devem se encarregar de buscar e se apropriar das conquistas e valorização da diversidade humana, procurando por qualidade de vida efetiva para todos os cidadãos sem julgar estar sendo obsequiosa, ao conceder espaço para o deficiente, ou aceitá-lo como gesto de solidariedade. Segundo Werneck (2000),

[...] indivíduos marginalizados terão a oportunidade de mostrar seus talentos. O processo de virar tudo do avesso é sustentado pela variedade de comportamentos da espécie humana e das possibilidades que cada um tem de se mostrar em certo momento histórico (WERNECK, 2000, p. 42).

Essa visão de inclusão que valoriza e dá oportunidades deve ocorrer nas esferas sociais como um todo e, primorosamente, também na Literatura Brasileira Contemporânea – neste caso, o fenômeno se faz de forma ainda mais recente.

Constata-se que tanto a compreensão, quanto o estudo e a conceituação dessa deficiência na sociedade brasileira, ainda são muito complexos. As pesquisadoras Adriana Déo e Jeanete Pereira (2012), a respeito destes recentes movimentos sociais concernentes ao indivíduo com deficiência intelectual, afirmam que

[...] essa sociedade está recebendo pressões, de grupos sociais divergentes, quanto a vários assuntos, dentre eles a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual, que por sua vez é influenciada por uma movimentação internacional rumo à inclusão total e radical (DÉO; PEREIRA, 2012, p. 2).

Nota-se, portanto, que há uma busca para efetivação do conceito de incluir no sentido de compreender, abranger, fazer parte, pertencer, objetivando de fato a eliminação de barreiras e entraves para o acesso à cidadania e às conquistas básicas para uma vida em sociedade por parte daqueles que possuem alguma deficiência. O movimento de acolhimento, tal como explorado pelas autoras, tem avançado, especialmente no estabelecimento e na disseminação das práticas inclusivas, mesmo que isto ainda esteja acontecendo de maneira lenta. Esta lentidão

pode ser visualizada inclusive no campo literário, quando percebemos número exíguo de livros cuja presença de personagens com Deficiência Intelectual é evidente. A este respeito, Dalcastagnè (2001) destaca:

[...] se o discurso é uma forma de poder, como já ressaltava Foucault, cresce a importância de se distinguir quem está falando dentro da obra, o que diz e que prestígio possui. Afinal, como lembra Pierre Bourdieu os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 117).

Nesta seara, a presente dissertação contribui para pensar que as narrativas literárias podem e devem oportunizar a sensibilidade para questões sociais diversas e, por que não, às questões relacionadas ao olhar do e para o deficiente intelectual. Dalcastagnè (2001) chama-nos a atenção quanto ao fato de o narrador objetivar nos envolver e assim nos comprometer também com seu ponto de vista, ou pelo menos perceber que há sempre uma perspectiva com a qual se comprometer. Nesse contexto, assinala: “[...] plenamente cômicos do comprometimento ideológico de todo e qualquer discurso, não há mais como dialogar com o mundo sem desconfiança, nem tampouco ter a pretensão da imparcialidade [...]” (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 116). Ainda, para Dalcastagnè (2001),

[...] o processo todo começa pela nossa reação frente ao sujeito que fala. Devemos aceitar o que ele diz só porque é o narrador, ou, ao contrário, desconfiar de suas palavras porque é apenas um menino? A voz de um retardado mental (como em **A barca dos homens**, de Autran Dourado) é menos digna de atenção que a de um renomado professor de História (como em **Uma noite em Curitiba**, de Cristovão Tezza)? E quando quem narra é um desmemoriado (como em **As confissões prematuras**, de Salim Miguel)? Ou um paranoico (como em **Teatro**, de Bernardo Carvalho)? Se, imbuídos de um espírito democrático, declaramos que todos têm igual legitimidade, por que nos questionamos sobre o que “de fato” teria acontecido com aquele menino ou com aquele doente mental? E por que essa pergunta não parece tão pertinente quando se trata do professor de História? O narrador tradicional não nos daria tanto espaço para questionamentos. Até porque sua presença no texto não estava em questão. Com visão e conhecimentos superiores, era dono absoluto do enredo e do destino das personagens. Sabia, e esse era seu poder (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 116, grifos da autora).

Compactuando com as questões levantadas pela pesquisadora no que tange aos questionamentos, o fato de serem feitas indagações à personagem deficiente e as mesmas argumentações não serem feitas a outras personagens que já possuem sua voz legitimada, endossam o quanto a sociedade ainda está desinformada,

además, a intensidade com que o preconceito se manifesta, até então, sutilmente.

De acordo com Dalcastagnè (2001), é possível que não saibamos muitos detalhes acerca das personagens, mas conseguimos acompanhar, por intermédio da representação literária, o modo como sentem o mundo e como se situam em sua realidade cotidiana:

[...] e pouco importa se sua percepção está obstruída, se seu discurso é falho – tudo isso continua dizendo quem elas são. E diz tanto que acaba falando até do modo como nós a vemos, o que vai dar num acréscimo, ainda que tortuoso, à sua existência (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 117).

A inclusão via Literatura propicia uma visão singular de quem ela representa, colaborando na ampliação dos conhecimentos relacionados à vida, aos desafios, às emoções e aos diversos outros aspectos relacionados à personagem em questão.

Nesta subseção, abordamos o movimento empreendido pela sociedade inclusiva, de realização recente e ocorrido em âmbito internacional. Vimos, ainda, que o termo inclusão tenciona assegurar o direito à igualdade para todos e em todos os sistemas sociais, e que deve ocorrer de maneira bilateral, sendo que quem a faz não está sendo “bonzinho” por realizar tal ação, conforme é comum pensar, assim como destaca Werneck (2000). As oportunidades aos que estão à margem são essenciais e urgentes. Destacamos também as pressões da sociedade por uma inclusão que seja efetiva, processo que no campo literário ainda se encontra lento. Tendo o discurso como forma de poder, a voz do deficiente intelectual ainda se desenvolve de modo abstraído no campo literário. A partir da representação narrativa, pode-se sensibilizar o olhar para aquele a quem está sendo representado.

Na próxima subseção, destacaremos a importância de inserir no discurso a voz daquele que ainda é excluído. Para isto, traremos à tona breve análise das contribuições teóricas da pesquisadora brasileira Regina Dalcastagnè e também de discussões conceituais, tais como aquelas apresentadas na obra **Os estabelecidos e os outsiders** (2000), de Norbert Elias e John L. Scotson. Essas reflexões nos permitirão pensar as relações de poder na sociedade, nas quais é possível perceber a dependência, exclusão, estigmatização, dentre outros fatores na relação entre os que se sentem estabelecidos e os que seriam a minoria, ou seja, os *outsiders*.

2.3 ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* NA LITERATURA

O escritor, dizia Barthes (1999 [1966]), é aquele quem fala no lugar de outro. Quando entendemos a Literatura como forma de representação, espaço onde interesses e perspectivas sociais interagem e se entrecrocaram, não podemos deixar de indagar quem é, afinal, este outro, que posição lhe é reservada na sociedade ou o que o seu silêncio esconde.

Nas últimas décadas, têm sido significativas e constantes as discussões e os movimentos que visam romper com paradigmas dominantes e excludentes, principalmente aqueles que privilegiam alguns, os estabelecidos, em detrimento de outros, os *outsiders*. Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias (2000), a “[...] superioridade social e moral, auto percepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder [...]” (ELIAS, 2000, p. 6, grifo do autor).

Em cenário no qual identidades e alteridades são construções históricas e no qual se deve considerar a pluralidade das culturas, aqueles que estão à margem passam a ter suas vozes manifestas, ainda que muitas vezes tal legitimação ocorra por meio da fala do outro, do estabelecido. Sobre este tópico de análise, Dalcastagnè (2012) afirma:

[...] hoje, cada vez mais, autores e críticos se movimentam na cena literária em busca de espaço e de poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala. Daí os ruídos e os desconfortos causados pela presença de novas vozes, “vozes não autorizadas”; pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de discurso, e das questões éticas suscitadas por estas especificidades (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 7, grifo da autora).

Destacamos aqui a força da Literatura como meio de reflexão, de crítica e de expressão diante de uma sociedade em que os estabelecidos ainda se sobrepõem aos *outsiders*. Nesta perspectiva, cabe retomar a fala de Elias e Scotson (2000):

[...] afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. Conseqüentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte,

quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes — os antigos *outsiders*. Tão logo diminuem as disparidades de força ou, em outras palavras, a desigualdade do equilíbrio de poder, os antigos grupos *outsiders*, por sua vez, tendem a retaliar (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 17, grifos dos autores).

Ainda de acordo com estes teóricos, “[...] os indivíduos ‘superiores’, podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 13, grifo dos autores).

A estudiosa Dalcastagnè (2007) aponta que os estudos literários cada vez mais têm se preocupado com problemáticas originalmente vinculadas ao acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais. A teórica destaca:

[...] há um crescente debate sobre o espaço, na literatura brasileira e em outras, dos grupos marginalizados – entendidos, em sentido amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 20).

Depreendemos do posicionamento da pesquisadora o fato de a Literatura se configurar como meio de expressão dos integrantes de grupos minoritários e os quais precisam ser suficientemente representados de forma ampla em busca de melhorias da qualidade de vida. Assim, sob esta perspectiva, Dalcastagnè (2007) ressalta-nos:

[...] o problema da representatividade não se resume, é claro, à honestidade na busca pelo olhar do outro ou ao respeito por suas peculiaridades. Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 20).

Para além do caráter de deleite o qual também detém, a Literatura também concede voz às suas personagens, propiciando olhar mais apurado para a realidade destes e, por conseguinte, para a realidade social, bem como para os conflitos existenciais do ser humano e as tramas psicológicas. A utilização de cenas cotidianas e a valorização de personagens inspirados na realidade, propiciam a viabilidade de crítica social e visão irônica do universo real. Estas questões são perceptíveis no *corpus* selecionado e, sobretudo, nos últimos anos, temporalidade

na qual observamos, tem sido solicitado o devido espaço às vozes pertencentes às minorias. É assim, neste contexto literário e social, que se encontra o deficiente intelectual e “[...] a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros [...]” (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 20). Como podemos observar, o texto literário tem logrado, nos últimos dois séculos, alcançar relevante papel ao permitir ou possibilitar que tais vozes não autorizadas e antes negligenciadas encontrem local de expressão. Este movimento possibilitou que grupos antes silenciados na sociedade brasileira pudessem se expressar acerca do outro e de si próprios.

Nesta seção, apresentamos panorama das mudanças as quais vêm sendo incorporadas à sociedade e respectivamente à Literatura Brasileira no que se refere à inclusão e à legitimidade da democratização das discussões e ações voltadas para as minorias, com específico recorte para o deficiente intelectual. Destacamos, ainda, a importância de inserir no discurso a voz daquele que ainda é excluído. Na seção a seguir, expomos breve análise da Deficiência Intelectual e da Doença Mental, com destaque para a primeira, apresentando conceitos, definições, modelos teóricos e, de modo conciso, o histórico da Deficiência em contexto social e em território brasileiro. Também, discutiremos brevemente em relação às terminologias a partir de aportes teóricos relevantes, objetivando promover melhor compreensão das questões relativas à deficiência e ambientalizar sua correlação junto à Literatura Brasileira Contemporânea.

3 A DEFICIÊNCIA

Assim, uma pessoa pode sentir-se discriminada em um ambiente que lhe impõe barreiras e que só destaca a sua deficiência [...].

Cristina Batista & Maria Teresa Mantoan

Na presente seção, procuraremos apresentar conceitos e definições relacionadas à Deficiência Intelectual e, para tanto, traremos ao saber algumas definições adotadas na sociedade Ocidental ao longo dos anos. Paralelamente, apresentaremos breve histórico sobre seu contexto na sociedade, assim como os modelos teóricos adotados. Em seguida, iremos mencionar algumas terminologias atribuídas aos deficientes intelectuais e destacaremos, neste viés, o conceito de Deficiência Intelectual, diferindo-o de Doença Mental. Trata-se de informações basilares para que então possamos proporcionar o diálogo junto à Literatura Brasileira Contemporânea, principal eixo desta pesquisa.

3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O número de pessoas consideradas deficientes e a definição de deficiência, ambos, têm variado ao longo dos anos. No ano de 2011, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente um bilhão de pessoas em todo o mundo apresentava algum tipo de deficiência. Isto, porque:

[...] a deficiência faz parte da condição humana. Quase todas as pessoas terão uma deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, e aqueles que sobreviverem ao envelhecimento enfrentarão dificuldades cada vez maiores com a funcionalidade de seus corpos. A maioria das grandes famílias possui um familiar deficiente, e muitas pessoas não deficientes assumem a responsabilidade de prover suporte e cuidar de parentes e amigos com deficiências (OMS, 2011, p. 27).

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45,6 milhões de brasileiros – o equivalente a 23,9% da população – declararam possuir algum tipo de deficiência:

A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da

população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (BRASIL, 2012).

Embora os censos apresentem número considerável de pessoas com deficiência, é possível percebermos que essa população continua sendo considerada minoria⁴ por falta de divulgação, realização de pesquisas ou interesse público. As pesquisadoras Luciana Bampi, Dirce Guilhem e Elioenai Alves (2010) também assinalam que os deficientes até então são vistos como minoria do ponto de vista social e político, e a deficiência é, portanto, compreendida como algo atrelado à má sorte pessoal.

Em 2018, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, “[...] a falta de estatísticas e informações sobre pessoas com deficiência contribui para sua invisibilidade, representando um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhorem suas vidas [...]”. Segundo a OMS (2011), poucos países implementaram mecanismos que respondam verdadeiramente às necessidades de quem vive com deficiência. Ainda conforme o relatório executado por esta organização, as barreiras enfrentadas incluem discriminação, ausência de cuidados adequados à saúde, aos transportes e às construções sem acessibilidade, dentre outros. A OMS (2011) cobrou esforços para melhorar o acesso de pessoas com deficiência a serviços básicos, além da adoção de estratégias voltadas ao segmento, de forma que os governos venham a trabalhar no sentido de sensibilizar a sociedade sobre a temática e apoiar o desenvolvimento de pesquisas, bem como a capacitação de profissionais.

Defronte às tênues linhas que definem e conceituam esta área, torna-se relevante aprofundar os estudos relacionados ao universo da deficiência. Ainda que não se trate de temática inédita, a ambiguidade e as variações relacionadas ao conceito, à terminologia e aos modelos teóricos culminam em certa complexidade para a compreensão e a aplicação nos diversos setores onde são utilizados, com destaque para as áreas relativas à educação e à saúde. Faz-se necessário,

⁴ Aqui consideramos o conceito de minoria como o equivalente à quantidade. Embora, mais adiante, retomaremos a reflexão de minoria segundo a qual se consideram aqueles excluídos não em virtude de sua quantidade efetiva, mas das condições e dos acessos que são a eles destinados dentro de uma cultura e uma sociedade.

⁵ Informações disponíveis no *link* que segue: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 26 de out. 2018.

portanto, movimento de democratização da discussão nos diversos campos de formação social e política, a fim da coleta de informações apropriadas e atualizadas.

Corroborando com a supracitada necessidade de estudos nas diversas áreas de formação, temos a pesquisadora e psicóloga Maria Amiralian (2000, p. 97), que assinala: “[...] algumas dificuldades da pesquisa e da prática na área da deficiência estão relacionadas à imprecisão dos conceitos, que acarreta problemas na aplicação e na utilização do conhecimento produzido em diversos países [...]”.

Compreender os conceitos, os modelos teóricos e suas implicações, assim como as terminologias, certamente favorece a comunicação e propicia o rompimento com parâmetros depreciativos e relativos à segregação dos indivíduos deficientes. Logo, diante deste panorama, Werneck (1997) declara:

A caminho da sociedade inclusiva, jornalistas estarão atentos em suas matérias; o Governo cumprirá o papel que lhe cabe na Constituição; empresários oferecerão emprego ao deficiente, se este for eficiente; médicos e cientistas se atualizarão sobre os avanços humanos das pessoas nascidas com síndromes que estudam; escolas de ensino regular terão orgulho de seus alunos com qualquer tipo de comprometimento; as universidades, mesmo as faculdades de ciências exatas, reformularão seus currículos. Finalmente, leis serão cumpridas (WERNECK, 1997. p. 24).

Segundo definição dicionarizada, a palavra deficiência tende a nos remeter a associações negativas, ao denotar incapacidade ou inadequação à sociedade. De acordo com o dicionário **Unesp do português contemporâneo** (2011, p. 382), a palavra deficiência pode ser usada para designar “[...] insuficiência, carência, falta, falha [...]”. Atualmente, ainda é possível observar que muitos na sociedade possuem esse entendimento de insuficiência em relação à deficiência, e assim, tratam as pessoas com pesar, desejando realizar caridade, ou de forma excludente.

O conceito de deficiência, de acordo com Amiralian e demais pesquisadores (2000), surgiu no ano de 1976, na IX Assembleia da OMS, na qual uma nova conceituação é delimitada e definida no documento intitulado **Classificação internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens**: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID). Este manual fora publicado apenas no ano de 1989. Também conhecido como *Internacional classification of impairments, disabilities and handicaps* (ICIDIH), o documento propõe uma classificação da conceituação de deficiência que pode ser aplicada a vários aspectos da saúde e da doença, sendo um referencial unificado para a área. Para

Amiralian (et al., 2000), tal classificação estabelece, com objetividade, abrangência e hierarquia de intensidades, escala de deficiências com níveis de dependência, limitação e seus respectivos códigos. O documento também propõe que os critérios sejam utilizados juntamente à Classificação Internacional de Doenças (CID), especialmente pelos serviços de medicina, reabilitação e segurança social. Seguem as principais conceituações:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência (AMIRALIAN et al., 2000, p. 98, grifos nossos).

Pesquisadores como Amiralian (et al., 2000) assinalam ser possível perceber que, assim conforme realizado pela CIDID (1986), evitou-se utilizar a mesma expressão para designar deficiências, incapacidades e desvantagens. Os autores destacam que para uma deficiência, fora adotado adjetivo ou substantivo; para uma incapacidade, verbo no infinitivo; e, por fim, para uma desvantagem, um dos papéis de sobrevivência no meio físico e social. Verifiquemos na tabela que se segue:

Tabela 1: Distinção semântica entre os conceitos

DEFICIÊNCIA	INCAPACIDADE	DESVANTAGEM
Da linguagem Da audição (sensorial) Da visão	De falar De ouvir (de comunicação) De ver	Na orientação
Músculo-esquelética (física) De órgãos (orgânica)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar (posição do corpo e destreza) De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Na independência física Na mobilidade Nas atividades da vida diária
Intelectual (mental) Psicológica	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na capacidade ocupacional Na integração social

Fonte: AMIRALIAN, Maria et al., 2000.

Gugel (2006) cita que em 1980, a OMS publicou a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, indicando que as três possibilidades existem em cada pessoa com deficiência, porém essas restrições não lhe retiram o valor, o poder de tomar decisões, de assumir o controle de sua vida e de assumir responsabilidades (Gugel, 2006, p. 27).

A conceituação apresentada na Legislação Brasileira também experienciou algumas alterações. De acordo com a **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** (2013), o art. 3º do Decreto nº 3298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, e oferecendo ainda outras providências. Segundo o documento, deficiência é definida como “[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano [...]” (BRASIL, 1999).

Batista e Mantoan (2007) complementam:

A Convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1ª define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação (BATISTA; MANTOAN, 2007, p.14, grifo das autoras).

Segundo a estudiosa fisiatra⁷ Izabel Maior (s/a, p. 2), “[...] o conceito de pessoa com deficiência que consta na Convenção supera as legislações tradicionais que normalmente enfocam o aspecto clínico da deficiência [...]”. Por seu turno, de acordo com Eucenir Rocha, autora de **Reabilitação de pessoas com deficiência** (2006), “[...] o conceito de deficiência [...] tal como hoje é entendido é resultado de pelo menos dois séculos de construção teórica. A deficiência enquanto categoria científica só passa a existir no final do século XVIII, mais precisamente no século XIX [...]” (ROCHA, 2006, p. 19).

Diante destes dados os quais nos apresentam informações a respeito dos conceitos e das definições, muitas vezes divergentes ou ultrapassados, apresentaremos, a seguir, breve panorama histórico acerca das deficiências desde

⁶ De acordo com a Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, art. 2º, que atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência" (JusBrasil. Portaria SEDH Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 DOU 05.11.2010. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/21770156/pg-4-secao-1-diariooficial-da-uniao-dou-de-05-11-2010> > Acesso em 03 fev. 2019.

⁷ O médico fisiatra é o especialista em doenças e lesões nervosas, musculares, articulares e ósseas, as quais afetam os movimentos dos seres humanos.

então presentes na sociedade Ocidental.

3.2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO

A Literatura é também reflexo da sociedade na qual se encontra inserida. Conhecer a história da deficiência, portanto, ainda que brevemente, certamente auxiliará a compreender o universo literário no qual é contemplada e que corresponde ao principal foco de nossa análise.

O teórico Blanche Giordano (2000, p. 41) afirma que a análise histórica do conceito de deficiência remete a uma “[...] estreita relação entre a concepção do fenômeno e a ação social perante seu portador [...]”. A presença de pessoas com deficiência no meio social, assim como suas trajetórias de vidas, oscilou culturalmente e em consonância com a maneira por meio da qual a sociedade as enxergava. Segundo o escritor Otto Marques da Silva (1987, p. 21), “[...] anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade [...]”. A pesquisadora Maria Aparecida Gugel (2007, p. 1) cita: “[...] não se têm indícios de como os primeiros grupos de humanos na Terra se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra [...]”.

Na História Antiga e Medieval, é possível observarmos atitudes de segregação, exclusão e eliminação, bem como também de inserção dos indivíduos deficientes no campo das artes, do comércio e da mitologia. De acordo com as pesquisadoras Marilu Dicher e Elisaide Trevisan (s/a), autoras do artigo **A jornada histórica da pessoa com deficiência**: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana, com base em estudos arqueológicos, restos biológicos e evidências artísticas, é possível inferir que, no Egito Antigo, as pessoas com deficiência não sofriam discriminação. Gugel (2007) também assinala que as pessoas com deficiência se integravam às diversas camadas sociais. Estudos das artes, dos túmulos, dos papiros e das múmias denotam que a deficiência não consagrava impedimento para as mais diversas atividades desenvolvidas pelos egípcios. Dicher e Trevisan (s/a, p. 5) destacam que “[...] na mitologia da civilização grega, algumas deidades eram representadas como portadoras de algumas deficiências, que eram muitas vezes a sua característica marcante [...]”.

Havia, entretanto, também a faceta de eliminação e exclusão evidenciado na história. Em Roma e Esparta, por exemplo, era permitido sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Conforme o pesquisador Lucídio Bianchechi (1998, p. 29), “[...] se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal de prevaecente, era eliminada [...]”.

Deste modo, Giordano (2000) salienta:

As pessoas com deficiência eram rejeitadas e eliminadas. Os valores de beleza, vigor e capacidade física eram relevantes, pois davam ao povo as condições de subsistência e sobrevivência. [...] na Antiguidade e Idade Média os portadores de deficiência física ou mental eram vistos como possuidores de alguma força do bem ou do mal, significando que certas deficiências eram consideradas possessões demoníacas e outras como divinas (GIORDANO, 2000, p. 23).

A utilização comercial de pessoas com deficiência também é observada na Roma Antiga. De acordo com Silva (1987),

cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má-formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (SILVA, 1987, p. 130).

Ainda na Idade Média, a deficiência fora vista pelo âmbito da teologia, sendo, em muitas oportunidades, considerada como castigo de Deus. A estudiosa Rosanne de Oliveira Maranhão (2005, p. 25) ressalta: “[...] as ideias que envolviam as pessoas com deficiências eram impregnadas por concepções místicas, mágicas e misteriosas, de baixo padrão [...]”. Ainda conforme Bianchetti (2004, p. 3), o indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal, ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão/católico a diferença passa a ser um sinônimo de pecado.

O advento do Cristianismo trouxe à tona novo olhar e nova maneira de tratar as pessoas com deficiência. Segundo Maranhão (2005), este olhar tinha como base a caridade, o amor ao próximo, a humildade e a bondade, preceitos deixados por Jesus Cristo, que conquistava os desfavorecidos, dentre eles, vítimas de doenças crônicas ou defeitos de natureza física e mental.

A partir do século IV, foram criados hospitais voltados para o atendimento dos pobres e marginalizados, assim como indivíduos com algum tipo de deficiência. Silva

(2009) disserta que neste período, por influência da Igreja Católica, surgiram os primeiros hospitais e as primeiras organizações de caridade e de assistência especialmente voltados ao atendimento de pobres, deficientes abandonados e doentes graves ou crônicos. Maranhão (2005) assinala que:

[...] casos de doenças e de deformações começaram a receber mais atenção e isto ficou demonstrado com a criação de hospitais e abrigos para doentes e pessoas portadoras de deficiências, por senhores feudais e por governantes com a ajuda da Igreja (MARANHÃO, 2005, p. 25).

Na Idade Moderna, segundo Dicher e Trevisan (2014, p. 10), “[...] as grandes transformações ocorridas nas artes, nas músicas e, principalmente nas ciências, operaram de forma significativa e positiva quanto ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência [...]”. Como observa Maranhão (2005), hospitais e abrigos para enfermos pobres surgiram nesse contexto e assim os deficientes, que também faziam parte do grupo especial dos marginalizados, começaram a receber assistência mais humanizada.

Na contemporaneidade, com o avanço da Medicina, das tecnologias e dos estudos, novos paradigmas surgem no tratamento das deficiências. O estudioso Isaías Pessotti (1984) destaca que o desenvolvimento da ciência possibilita questionar os dogmas religiosos e assim surgem estudos mais sistemáticos na área médica propondo explicar comportamentos e características das deficiências. De acordo com as pesquisadoras Dicher e Trevisan (2014),

[...] no princípio do século XIX, embora ainda não se cogitasse sobre a efetiva integração das pessoas com deficiência na sociedade, deu-se início a uma nova e boa fase para estes, pois a sociedade começou a assumir sua responsabilidade quanto a essas pessoas (DICHER; TREVISAN, 2014, p. 11).

Coadunando com a percepção que questiona os preceitos religiosos em relação ao pensamento sobre a deficiência, temos o teórico Michel Foucault (1977), assinalando a racionalidade médica como o principal fator a permitir que o olhar sobre a deficiência perca seu caráter caritativo e religioso. O que antes era visto como sendo proveniente de figuras místicas como o diabo, ou ainda, como castigo divino, passou a ser denominado como doença ou anormalidade.

Maria Ângela Corrêa (2005) destaca ter sido somente após o século XVIII que a sociedade passara a melhor se organizar, propondo medidas e ações para a

melhoria dos atendimentos às pessoas com deficiência, ocorrendo os primeiros movimentos na Europa, depois, nos Estados Unidos da América, Canadá e outros países.

Podemos resumir esse período fazendo referência a Bueno (1993), que traz em linhas gerais a relação da sociedade frente às pessoas com deficiência no decorrer da história Ocidental, apresentando quatro estágios de posicionamento em relação a elas. O primeiro, segundo Bueno (1993), inicia-se na era pré-cristã, quando eram negligenciadas e maltratadas; o segundo, na época da difusão do cristianismo, caracteriza-se como um momento no qual eram protegidas; o terceiro estágio, entre os séculos XVIII e XIX, oscila do privilégio à segregação com a fundação de instituições que proporcionavam uma educação à parte; e o quarto, na última etapa do século XX, sugere perceber maior aceitação e integração.

Já no século XXI, Bueno (1993) irá destacar que há um olhar de maior inclusão dessas pessoas em todos os espaços sociais. Inseridos nesse contexto, merece destaque a publicação de 1801 do livro **De l'education d'un homme sauvage**, de Jean Marie Gaspar Itard, que retrata sua tentativa de educar um garoto que havia sido encontrado na floresta de Aveiron, França. Essa publicação é considerada por Quirós e Gueler (WA JNSZTEJN; WAJNSZTEJN, 2007, p. 18) a primeira obra sobre a educação de pessoas com deficiência intelectual. O pesquisador faz referência ao fato ocorrido também no século XIX, que foi a separação de crianças em pavilhão próprio realizada por Edouard Seguin, no Hospício de Bicêtre, Paris, em 1840 (WA JNSZTEJN; WAJNSZTEJN, 2007, p.18). Ainda, segundo o levantamento de Bueno (1993), é possível perceber que variadas foram as ações em prol da inclusão das pessoas com deficiência, porém demonstraram-se dispersas e sem políticas sistematizadas. Já no século XX, em 1948, destacamos a publicação da **Declaração universal dos direitos humanos**. Embora não seja direcionada especificamente aos direitos das pessoas com deficiência, deixa claro que todos os seres humanos têm direitos iguais, entre eles, as pessoas com deficiência.

No ano de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, houve outra conferência com a participação de 88 países e 25 organizações que culminou na publicação da **Declaração de Salamanca**, que amplia o conceito de necessidades educacionais especiais, gerando um avanço claro na garantia de direitos dessa população. Após a **Declaração de Salamanca**, surgiram outras muito relevantes,

como a **Declaração de Washington e Guatemala**, em 1999, a **Declaração de Dakar**, em 2000, a **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências**, em 2006, além de outros documentos internacionais.

Após a apresentação deste breve panorama da história da deficiência no Ocidente, na próxima subseção abordaremos mais especificamente os acontecimentos no território brasileiro, contexto de produção literária a ser preconizado no decorrer da presente pesquisa.

3.3 HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O que se observa nas diversas localidades mundiais é um quadro de eliminação, exclusão e marginalidade da pessoa com deficiência, o que não se difere da trajetória brasileira. Nas obras **Epopéia ignorada** (1987), de Otto Marques da Silva, e **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil** (2008), de Emílio Figueira, os autores identificam e apontam aspectos deste cenário inicial de exclusão e rejeição.

Segundo Figueira (2008), em algumas tribos indígenas eram realizados rituais de sacrifício de deficientes com o objetivo de conservar as tradições de seus antepassados. Além do abandono dos recém-nascidos nas matas, também havia o costume de os lançarem de montanhas mais altas. O autor aponta-nos que na população do século XVI havia registros da presença de algumas deficiências, das quais o diagnóstico era desconhecido, ou ainda, de difícil compreensão, fazendo com que as pessoas creditassem o problema ao clima ou aos insetos da região:

Em registros encontrados nas cartas de José de Anchieta (1534-1597), padre jesuíta e escritor espanhol, é possível presumir a existência de pessoas com deficiências congênitas ou adquiridas entre os assistidos por eles, visto que as cartas relatam a existência de alguns poucos “cegos, surdos, mudos e coxos” dentre a incipiente população da colônia portuguesa na América no século XVI, que sofreram com as adversidades do clima e com a enorme quantidade de insetos que ocasionaram enfermidades de natureza muito grave levando à aquisição de severas limitações físicas ou sensoriais (FIGUEIRA, 2008, p. 55, grifo do autor).

A partir do século XIX, com a ocorrência de conflitos militares e, concomitante a isto, devido às revoltas regionais, houve significativo aumento quanto ao número de deficientes. Como consequência, surgiram hospitais para o tratamento destes indivíduos. Em relação a este tópico, as pesquisadoras Jaqueline Pereira e Joseana

Saraiva (2017) destacam:

O problema da deficiência aparece de maneira mais recorrente devido ao aumento dos conflitos militares como a Setembrada e Novembrada (Pernambuco, 1831), a Revolta dos Malés (Bahia, 1835), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845) e a Balaiada (Maranhão, 1850), Canudos (Bahia, 1896-1897), também pelos conflitos externos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), cujos resultados do combate confirmavam um crescente número de soldados mutilados, com deficiências físicas e sensoriais adquiridas. Face a esta situação, em meados do século XIX, várias instituições foram criadas (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p. 179).

Até então, a deficiência era tratada em hospitais e ambientes assistenciais. Era eminente a falta de conhecimento específico acerca das várias deficiências.

O pesquisador Heitor Resende (2007, p. 56) aponta o descrédito que os hospitais públicos atingiram junto à população, “[...] expressada em marchinhas de carnaval, anedotas e rótulos pejorativos atribuídos a determinados hospitais [...]”.

Dentre as iniciativas de inserção social, há destaque, respectivamente, para a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, instituição pioneira na educação especial da América Latina – atual Instituto Benjamin Constant (IBC) –, inaugurado em 17 de setembro de 1854, na cidade do Rio de Janeiro, e também o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos – atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), inaugurado em 1857, para atender aos interesses da família real.

O quadro de segregação e os obstáculos à inserção social passam a ser contestados e, por conseguinte, novas formas de inclusão começam a surgir, entretanto, tais iniciativas não passaram de atos isolados, já que naquele período não havia Legislações e/ou Diretrizes para a educação no país. Em 1874, atendiam somente 35 alunos cegos e 17 surdos, numa população de 15.848 cegos e 11.959 surdos (JANNUZZI, 2004). Com o advento da República, a escola passou a se chamar Instituto dos Meninos Cegos e, pouco tempo depois, Instituto Nacional dos Cegos. No ano de 1891, mudou novamente o nome para Instituto Benjamin Constant, permanecendo até hoje. Atualmente, este instituto atende crianças e adolescentes cegos, surdocegos, com baixa visão e deficiência múltipla; é também um centro de referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão. Tornou-se um centro de pesquisas médicas no campo da Oftalmologia, tendo um dos programas de residência médica mais respeitados do país. Atualmente,

presta serviços de atendimento médico à população, realizando consultas, exames e cirurgias oftalmológicas. O Instituto é comprometido também com a produção e difusão da pesquisa acadêmica no campo da Educação Especial. Através da Imprensa Braille, edita e imprime livros e revistas em Braille, além de contar com um farto acervo eletrônico de publicações científicas.

É importante destacar, ainda, a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), ocorrida no ano de 1857, também no Rio de Janeiro. A convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, um professor surdo francês, junto de sua esposa, chegaram ao Brasil com o objetivo de fundar uma escola para surdos. O espaço servia também como um asilo somente para meninos surdos, segundo Strobel (2008). No INES, era adotada a língua de sinais francesa, trazida por Huet, mesclada com a existente no país, o que culminou na Língua Brasileira de Sinais – Libras, utilizada até os dias atuais.

Em 1874, o Hospital Estadual de Salvador – atualmente Hospital Juliano Moreira – prestou atendimento médico pedagógico a pacientes com deficiência intelectual, não se caracterizando, no entanto, como instituição educacional (BUENO, 1993; MAZZOTA, 2005). Até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a pessoas com deficiências intelectuais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. No mesmo período, três instituições especializadas – uma estadual e duas particulares – atendiam deficientes mentais e outras oito – três estaduais e cinco particulares – atendiam deficientes mentais, e outras oito – três estaduais e cinco particulares – dedicavam-se à educação de pessoas com outras deficiências (MAZZOTA, 2005):

Muitas das iniciativas de inclusão de alunos com deficiência nas escolas e instituições públicas eram de caráter pessoal e as famílias acabavam matriculando (quando conseguiam) seus filhos nas instituições educacionais. Não havia políticas públicas abrangentes, sustentáveis e generalizadas de integração e inclusão para essa população (WAJNSZTEJN, 2007, p.17).

De acordo com Figueira (2008), uma nova história se inicia, de fato, na década de 1980:

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente –, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008, p. 115).

Segundo a pesquisadora Mafalda Luzia Coelho Madeira da Cruz (2003), com a evolução do campo de estudo relativo às Ciências Humanas, abarcando Educação, Sociologia e Psicologia, surgiram novos modos de estudo e análise quanto ao comportamento dos débeis, assim como os princípios que regem a aquisição destes comportamentos e as influências sociais nestas aquisições.

Outros apontamentos históricos relevantes no que diz respeito à Educação Escolar do deficiente são apresentados pela pesquisadora Márcia Pletsch (2014) em seu artigo **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973 - 2013)**. A estudiosa aponta significativas informações para a escolarização de pessoas com deficiência intelectual, além dos processos de constituição e institucionalização relativos à Educação Especial no Brasil, de forma articulada com mudanças sociais, econômicas e políticas, sendo estas experienciadas pelo país. Para uma melhor compreensão das Políticas Educacionais dedicadas às pessoas com deficiência intelectual, Pletsch (2014) assinala fazer-se necessário o entendimento da história da Educação Brasileira em geral, iniciando a partir dos anos de 1930, com mais intensidade após os anos de 1950, fato oriundo do processo de industrialização e desenvolvimento econômico do país. Segundo Pletsch (2014),

[...] a institucionalização oficial da Educação Especial ocorreu em 1973, durante a ditadura militar, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e suas Diretrizes Básicas para a Ação (Brasil, 1974). Nos anos oitenta, o CENESP foi renomeado para Secretaria de Educação Especial (SESPE), a qual foi fechada em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello. Em 1992, após a sua saída da presidência, voltou a ser chamada de Secretaria de Educação Especial e foi extinta em 2011, quando suas ações passaram para uma diretoria dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (PLETSCH, 2014, p. 4).

A teórica assinala, ainda, que “[...] foram os médicos os primeiros profissionais a chamarem atenção para a necessidade da escolarização de indivíduos com deficiência, os quais, em sua maioria, encontravam-se internados em hospitais psiquiátricos [...]” (PLETSCH, 2014, p. 5). Informa, a estudiosa, que durante as

primeiras décadas da República, poucos acontecimentos teriam mudado em relação à Educação, uma vez que a economia brasileira, predominantemente agroexportadora, não requeria força de trabalho qualificada e alguns Estados da Federação dispensavam os alunos da obrigatoriedade de frequentar a escola por morarem distante destas ou, ainda, por serem pobres, considerados doentes ou deficientes:

[...] na Constituição de 1946, pela primeira vez, a educação foi reconhecida como um *direito universal*. Nesse período, com base nos preceitos do pensamento evolucionista e do liberalismo, foram criadas as primeiras classes escolares especiais sob a supervisão da inspeção sanitária para separar os 'normais' dos 'anormais'. Seu objetivo era homogeneizar socialmente as classes de acordo com uma concepção europeia estritamente organicista da deficiência (Jannuzzi, 1985). Ainda sobre esse período merece destaque a Lei e Diretrizes de Bases da Educação de 1961 (nº. 4.024) que incluía um artigo específico sobre a escolarização dos 'excepcionais' (termo da época). Esse artigo recomendava que a educação desse público deveria ocorrer, quando possível, no sistema geral de educação (art. 88), assim como previa recursos públicos para instituições privadas voltadas a educação das pessoas com deficiência (art. 89) (PLETSCH, 2014, p. 5, grifos do autor).

Também de acordo com Pletsch (2014), a institucionalização oficial da Educação Especial ocorreu em 1973, quando foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e suas Diretrizes Básicas para a Ação. O Centro objetivava coordenar as ações políticas educacionais específicas para pessoas com deficiências e foi um marco importante, pois deu início a ações mais sistematizadas dirigidas à melhoria e à expansão do atendimento. Nos anos oitenta, o CENESP foi renomeado para Secretaria de Educação Especial (SESPE), sendo fechada em 1990, e voltando a ser chamada de Secretaria de Educação Especial em 1992, sendo extinta em 2011, quando suas ações passaram a ser sediadas por uma diretoria pertencente à Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O artigo em questão ressalta que ao final dos anos de 1980, os resultados das primeiras pesquisas na área e as críticas crescentes à segregação das pessoas com deficiência enfatizaram ainda mais o discurso em prol da integração, sendo que em 1994 foi elaborada a **Política nacional de educação especial** (BRASIL, 1994), a qual substituiu as **Diretrizes básicas para a ação do centro nacional de educação especial** (BRASIL, 1974). Dois anos depois, aprovou-se uma nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN nº 9394/96), a qual dedica,

pela primeira vez, um capítulo específico à Educação Especial que, entre outros aspectos, prevê, quando necessário, o atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados com apoio de currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, tendo por finalidade atender às necessidades do público alvo da Educação Especial. Especificamente, para as pessoas com deficiência mental – termo este utilizado no documento em destaque –, a Lei prevê a terminalidade específica para os educandos que “[...] não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...]”, de acordo com o art. 59, item II. Caso o aluno não atinja o nível exigido, é definida “[...] uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos [...]” (BRASIL, 2001, p. 59).

A certificação se difere da conclusão do segmento referente ao Ensino Fundamental, já que segundo Lima e Mendes (2009), por intermédio da certificação, é possível identificar o nível de conhecimento alcançado pelo aluno. A mesma autora adverte que ao propor a terminalidade, a Lei seria falha por não oferecer elementos sobre como deve ser realizada, de modo que cada sistema poderá elaborar critérios e instrumentos de acordo com as suas perspectivas e possibilidades e adula ao fato de se levar em consideração os avanços das pesquisas sobre o desenvolvimento humano. Avaliar como finalizada a aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual não seria algo cientificamente amparado. Pletsch (2014) ressalta que, partindo do entendimento dos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como Declaração da ONU (Brasil, 2008) – aprovada como emenda constitucional no Brasil –, que reconhecem em seu artigo 24 o direito educacional das pessoas com deficiências à educação e ao aprendizado ao longo de toda a vida. A referida certificação de escolaridade deve possibilitar novas alternativas educacionais, como o encaminhamento para cursos de educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes e para o mercado de trabalho. Ao trabalhar com a Deficiência Intelectual, a escola precisa atentar-se às suas características, já abordadas na seção 3.5, e assim desenvolver atividades que venham eliminar barreiras na área motora: dificuldades com a motricidade fina e coordenação global; na área cognitiva: aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na memorização, na resolução de problemas, na generalização e

no ritmo de trabalho, muitas vezes lento; na área da comunicação: dificuldades na linguagem expressiva; e na área sócioeducacional: discrepância entre a idade mental e cronológica adaptando recursos instrucionais e capacitando recursos humanos. Desafios constantes e necessários para efetiva inclusão.

Na presente subseção, apresentamos brevemente o histórico da deficiência no Brasil, considerando pequeno recorte concernente às discussões sobre a escolarização dos deficientes. Na subseção a seguir, concederemos destaque aos modelos teóricos os quais abordam a deficiência de formas diversas.

3.4 MODELOS TEÓRICOS

No decorrer dos anos, a deficiência fora considerada obstáculo para o exercício da cidadania, sendo apontada por majoritária parcela da sociedade como barreira à inserção social. Estudos revelam a maneira como era vista e tratada por modelos teóricos atrelados às áreas médica e social. Segundo as pesquisadoras Cláudia Bisol, Nicole Pegorini e Carla Valentini (2017), é possível identificarmos com bastante clareza duas perspectivas paradigmáticas em relação à deficiência, responsáveis por fundamentar as ideias e os referenciais de ação de pesquisadores e profissionais a partir da modernidade: o modelo médico e o modelo social. Gugel (2006) cita que em 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou a **Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades**, indicando que as três possibilidades existem em cada pessoa com deficiência, porém essas restrições não lhe retiram o valor, o poder de tomar decisões, de assumir o controle de sua vida e de ter responsabilidades (GUGEL, 2006, p. 27). Amiralian e demais pesquisadores (et al., 2000) citam que Rieser analisou as diferenças entre os modelos médico e social de incapacidade, concluindo que no modelo médico enfatiza-se a dependência, considerando a pessoa incapacitada como problema. Já no modelo social, as desvantagens individuais e coletivas, comuns às pessoas com deficiência, são atribuídas à discriminação institucional. Assim sendo, entendemos que o modelo médico se sustenta pelo paradigma da integração e o modelo social pela ideologia da inclusão.

No modelo biomédico, de acordo com Maior (s/a), a deficiência é considerada como consequência de doença ou acidente, devendo ser objeto de tratamento para a habilitação ou a reabilitação do máximo de capacidades,

aproximando-se da cura. Ainda de acordo com esta pesquisadora, o modelo social seria uma contraposição ao modelo meramente biológico, sendo resultado do movimento de reivindicação de direitos, da luta contra a opressão e pelo protagonismo das pessoas com deficiência.

De acordo com o estudioso Romeu Sasaki (2003), o modelo social de deficiência conduz a sociedade à eliminação de barreiras físicas, acessibilidade paradigmáticas e atitudinais para que as pessoas possam vir a obter acesso a serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Sob este prisma, Maysa Santos Seixas (2014) assinala:

Em seu livro intitulado “O que é Deficiência”, Débora Diniz (2012) resgata o confronto histórico dos modelos sociais e médicos da deficiência. Afirma que ambos os modelos tinham em comum a noção de que a lesão deveria estar sob cuidados biomédicos. Mas que, para o modelo médico, a lesão levaria à deficiência; já para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesão a experimentarem a deficiência. Ou seja, na perspectiva biomédica, a deficiência era vista enquanto tragédia pessoal e não como instrumento de justiça social (SEIXAS, 2014, p. 15).

Ainda segundo Sasaki (1999), a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, por meio de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos – espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte – e na mentalidade de todas as pessoas e do próprio deficiente. Bisol, Pegorini e Valentini (2017), estudiosas, nos alertam para o fato de que a percepção de críticas ao modelo social se encaminha para aquilo que possivelmente poderá se constituir uma terceira perspectiva, a qual comumente é denominada como pós-social. O modelo pós-social propõe uma maneira de olhar para a deficiência que é multidisciplinar, integrada, contextualizada e social. Para alguns pesquisadores, como Shakespeare (1996), “paralelos são traçados com as experiências das mulheres, lésbicas, gays e negros, e conceitos pós-estruturalistas são utilizados para problematizar a questão da identidade” (SHAKESPEARE, 1996, p. 94).

Cruz (2003) destaca que no contexto destes novos campos de estudos, a debilidade deixou de ser considerada uma condição na qual determinados sujeitos se encontram e para a qual são necessárias medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas específicas que venham a favorecer seus desenvolvimentos

e ajudá-los, por conseguinte, a alcançar ajustamento satisfatório, ressaltando que

[...] podemos, portanto, verificar que, ao longo dos anos, foram surgindo várias perspectivas sobre o débil mental, sendo que todas elas possuem aspectos ricos de estudo e análise. A perspectiva psicanalítica, proposta por Freud, confere ao inconsciente um papel determinante. A perspectiva médica, proposta por Kraepelin, Szaz, Ausubel e outros acentua os fatores causais, por exemplo, os genéticos, os orgânicos, os metabólicos, os cromossômicos, os perinatais etc. A perspectiva moral, proposta por Mower, é baseada na culpabilidade resultante das transgressões morais. A perspectiva humanista – proposta por Rogers, Maslow e May – baseia-se no auto-conceito, na incongruência, no comportamento defensivo e desorganizado do indivíduo, que, no fundo, advém da insatisfação de necessidades da pessoa humana. A perspectiva social não pode deixar de equacionar problemas políticos e valores sociais impostos, que diferem de sociedade para sociedade (CRUZ, 2003, p.18).

Os estudos sobre deficiência estão se desenvolvendo em diferentes culturas e países. Os *insights* e as críticas acerca da deficiência, portanto, serão diferentes em cada região, uma vez que se trata de assunto repleto de transversalidades, além de exigir o reconhecimento de condições históricas e sociais específicas paralelamente ao fato de que se considera a globalização do deficientismo.

Até aqui, é possível observarmos que os modelos teóricos contemplam estudos os quais buscam compreender e tratar o indivíduo em suas esferas biológica, física, sensorial e intelectual, no interior de específico contexto cultural. Enquanto o modelo médico enfatiza a dependência médica, tratando para a habilitação ou a reabilitação, o modelo social preza por valorização e eliminação de barreiras que impedem o exercício de cidadania por uma pessoa com deficiência. De acordo com o art. 1º da **Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, o deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, dos mesmos direitos dos demais seres humanos. É possível concluirmos, diante dessa constatação, que a sociedade está em busca de soluções para essa igualdade, essencial a todos os seres humanos e, em especial, às pessoas com deficiência, as quais, por muito tempo, se tornaram esquecidas e relegadas à própria sorte, limitadas quanto às possibilidades na sociedade e, finalmente, excluídas das Políticas Públicas. Atualmente, esse grupo pode contar com a proteção da Lei, todavia, faz-se preciso promover avanços para que seja efetivamente concretizada.

Na subseção seguinte, apresentaremos a diversidade de termos historicamente usados para se referir ao indivíduo com algum tipo de deficiência, com destaque para o deficiente intelectual, sendo muitos deles reflexos de vocabulário repleto de preconceitos. Também, buscaremos diferir Doença Mental de

Deficiência Intelectual. Em seguida, destacaremos o conceito atual da Deficiência Intelectual, levando em consideração a relevância do constante suprimento de informações com a finalidade de extinguir lacunas de conhecimento.

3.5 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, CONCEITO E TERMINOLOGIAS

As alterações de terminologia ocorrem historicamente, pautando-se em diferentes conjunturas políticas, sociais e culturais, buscando sempre fazer permanecer o termo mais acurado e menos pejorativo. Nesse contexto, é possível perceber a necessidade de estudos que não sejam definidos por um único saber. Embasando-nos na Literatura Brasileira Contemporânea, torna-se viável contextualizarmos o tema Deficiência Intelectual e perceber, então, sua evolução no pensamento social. As pesquisadoras Déo e Pereira (2012, p. 3) assinalam que na historiografia a deficiência intelectual teria deixado seu estado de estagnação e conformismo para outro de uma busca ativa que possa trazer uma intervenção com características funcionais, além de olhar processual e otimista do atendimento. Deste modo, as pesquisadoras Cristina Batista e Maria Teresa Mantoan (2007) destacam:

A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe consequências indelévels na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental (BATISTA; MANTOAN, 2007, p.15).

Nota-se que ao conceituar a Deficiência Intelectual, há exigências quanto à realização de pesquisas históricas para situar o contexto cultural e social, sendo esta uma tarefa complexa. Isto, porque está relacionada a influências médicas, psicológicas e sociais, sendo relativizado de acordo com o contexto cultural.

As pesquisadoras Aline Veltrone e Enicéia Mendes (2012, p. 5) assinalam que “[...] no campo de conhecimento e também na prática não é possível estabelecer uma unanimidade do que seja a deficiência intelectual, e isso ocorre nos campos da medicina, psicologia e pedagogia [...]”. As estudiosas também afirmam que

[...] no caso da deficiência intelectual, foi e continua sendo necessário pensar e (re)pensar a maneira como definimos esta população,

considerando especialmente que a nomenclatura hoje conhecida como deficiência intelectual variou ao longo dos tempos e parece sempre existir uma busca do que seja de fato a sua melhor definição (VELTRONE; MENDES, 2012, p. 362).

A dificuldade de conceituação acontece por não ser a Deficiência Intelectual definida por único saber, já que diversas áreas devem ser observadas, entre médica, psicológica e social. Não obstante, não deve se esgotar em sua condição orgânica e/ou intelectual. Outro dado a ser considerado diz respeito à nomenclatura concedida ao Deficiente Intelectual. O estudioso Romeu Sasaki (2005) cita que muitos conceitos fizeram-se presentes e a pessoa com essa deficiência, nos círculos acadêmicos, fora denominada por meio de diferentes nomenclaturas, dentre elas,

[...] oligofrênica; cretina; tonta; imbecil; idiota; débil profunda; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongolóide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental em nível dependente/custodial, treinável/adestrável ou educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo ou profundo (nível estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, 1968); criança com déficit intelectual; criança com necessidades especiais; criança especial, etc (SASSAKI, 2005, p.10).

Cruz (2003) também aponta algumas designações apresentadas no Brasil, no decorrer dos anos, tais como:

[...] idiota e imbecil (Esquirol), cretinismo (Ireland), demência (Pinel), anormalidade (decreto-lei nº31801 de 26/02/41, que cria o Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira (IAACF), de grandes anormais ineducáveis (decreto-lei nº 53401 de 27/12/45, que reorganiza o mesmo Instituto), de atraso mental (decreto-lei nº167 nº35801 de 13/08/46 que cria as classes especiais), de duros de ouvidos e psicopatas (decreto-lei nº 43752 de 24/06/61 que modifica as condições do IAACF), até o decreto-lei nº 7.853, Art.10e12, de outubro de 1989) que refletem as atitudes das pessoas que levavam as designações de deficientes e inadaptados, embora todas elas sejam pouco objetivas e ambíguas, pois encerram julgamentos e critérios sociais de rendimentos e de normalidade (CRUZ, 2003 p. 15).

Como visto, a terminologia variou expressivamente de acordo com o contexto cultural e social imediato no qual se encontrava o deficiente. Atualmente, o Brasil tem adotado a terminologia preconizada pela *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), a qual advoga em favor da alteração de terminologia relativa ao retardo mental para Deficiência Intelectual. De acordo com Sasaki (2005),

[...] a expressão **deficiência intelectual** foi oficialmente utilizada já em 1995, quando a Organização das Nações Unidas (juntamente com The National Institute of Child Health and Human Development, The Joseph P.

Kennedy, Jr. Foundation, e The 1995 Special Olympics World Games) realizou em Nova York o simpósio chamado INTELECTUAL DISABILITY: PROGRAMS, POLICIES, AND PLANNING FOR THE FUTURE (Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro (SASSAKI, 2005, p. 9-10, grifos do autor).

Segundo Veltrone e Mendes (2012, p. 364), “[...] esta proposta de mudança de nomenclatura parece ter a intenção de tornar o termo menos pejorativo, além de considerar a influência do contexto social e cultural imediato na definição da condição da deficiência intelectual [...]”, terminologia com a qual o estudioso Sasaki (2004) concorda por duas razões: a primeira delas, porque o termo intelectual se refere ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo; e a segunda, corresponde ao fato de poder distinguir entre Deficiência Mental e Doença Mental, dois termos que têm gerado confusão há muito durante a história. Cabe aqui destacarmos esta questão, já que mais adiante, ao emprendermos análise do livro de Autran Dourado, iremos verificar as divergências análogas sendo transpostas para o terreno literário. No que concerne à mudança de terminologia, é importante salientarmos o que cita Veltrone e Mendes (2012), pois estes autores acreditam que se as alterações se constituem apenas a nível semântico e se não vierem acompanhadas de mudança de cunho conceitual, não trarão quaisquer avanços.

Nos termos das pesquisadoras Erenice Carvalho e Diva Maciel (2002),

[...] a deficiência mental está inserida em sistemas categoriais há séculos, figurando como demência e comprometimento permanente da racionalidade e do controle comportamental. Essa compreensão pode ter contribuído para a manutenção de preconceito e influenciado pensamentos e atitudes discriminatórios acerca da deficiência mental, como se verifica em muitas sociedades modernas. Denunciar o estigma da loucura e da incompetência associados a esse fenômeno é imperativo para estudiosos da área, pesquisadores e profissionais que atuam na intervenção (CARVALHO; MACIEL, 2002, p. 148).

Logo, figura-se necessário diferir Deficiência Intelectual de Doença Mental. A primeira não representa apenas QI baixo, como popularmente difundido, mas envolve dificuldades para realizar atividades diárias e interagir com o meio social. A pessoa com deficiência intelectual não é necessariamente considerada incapaz de desempenhar sua cidadania. A segunda, por sua vez, causa alterações de humor, bom senso e concentração, afetando o desempenho da pessoa na sociedade, dividindo-se em dois grupos, entre neuroses – ansiedade e medo exagerado – e

psicoses – fenômenos psíquicos anormais como delírios, perseguição e confusão mental –, conforme assinala o teórico Michael Foucault (1994):

As psicoses, perturbações da personalidade global, comportam: um distúrbio do pensamento (pensamento maníaco que foge, corre, desliza em associações de sons ou jogos de palavras; pensamento esquizofrênico, que salta, pula por cima dos intermediários e avança aos solavancos ou por contrastes); uma alteração geral da vida afectiva e do humor (ruptura do contacto afectivo na esquizofrenia; intensas colorações emocionais na mania ou na depressão); uma perturbação do controle da consciência, da perspectivação dos diversos pontos de vista, formas alteradas do sentido crítico (na paranóia, crença delirante em que o sistema de interpretação antecipa as provas da sua exactidão e é impermeável a qualquer discussão; indiferença do sujeito paranóide pela singularidade da sua experiência alucinatória, que tem para ele valor de evidência). 2) Nas neuroses, pelo contrário, é afectado apenas um sector da personalidade: ritualismo dos sujeitos obcecados a respeito deste ou daquele objecto, angústia provocada por determinada situação na neurose fóbica. Porém, o curso do pensamento permanece intacto na sua estrutura, conquanto seja mais lento nos sujeitos psicasténicos; subsiste o contacto afectivo, com o risco de ser exagerado até à susceptibilidade pelos sujeitos histéricos; por fim, o sujeito neurótico, mesmo quando apresenta obliterações de consciência como o sujeito histérico ou impulsos incoercíveis como o sujeito obcecado, conserva a lucidez crítica a respeito dos seus fenómenos mórbidos (FOUCAULT, 1994, p. 14 – 15, grifos do autor).

Diante do exposto, podemos afirmar que com o passar dos anos houve uma mudança na forma de inclusão social da pessoa com deficiência. Leis, projetos nacionais e projetos internacionais foram implantados objetivando garantir a igualdade e o reconhecimento jurídico dessas pessoas socialmente, por meio da Lei 13.146/15 – **Estatuto da Pessoa com Deficiência** – para uma maior inclusão social, sendo considerado um dos maiores modelos de emancipação civil. De acordo com a cartilha **Ministério público, sociedade e a lei brasileira de inclusão**, tanto a **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, quanto a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, destacam expressamente a Deficiência Intelectual e a Doença Mental. Tal situação não acontecera à revelia, uma vez que enquanto a Deficiência Intelectual está associada aos déficits cognitivos, a Doença Mental estaria atrelada aos transtornos psicossociais e à seara da Saúde Mental. Segundo as pesquisadoras Batista e Mantoan (2007), a complexidade em diagnosticar a Deficiência Mental tem levado a reformulações de seu conceito. A supramencionada cartilha destaca que a medida do Quociente de Inteligência (QI) é utilizada por muito tempo como critério de definição dos casos no CID 10, o **Código Internacional de Doenças**, desenvolvido pela Organização

Mundial de Saúde, que especifica o Retardo Mental (F70-79). Isto nos propõe uma definição apoiada no QI, classificando a deficiência entre grau leve, moderado e profundo, conforme o comprometimento. Destacamos, ainda, que outros sintomas de manifestações desta deficiência seriam responsáveis pelo surgimento de dificuldades de aprendizado e o comprometimento de comportamentos. Tais dados coincidem com outros diagnósticos oriundos de áreas diferentes, levando-nos a concluir que “[...] para entender a deficiência mental, temos de puxar diferentes fios e cruzá-los entre si, buscando respostas e esclarecimentos que permitam compreendê-la [...]” (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 7).

Destarte, no que é pertinente à Deficiência Intelectual, de acordo a Cartilha Brasileira, o conceito de pessoa com deficiência não é revisitado desde a última atualização do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Segundo este Decreto, a Deficiência Mental é entendida como funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Ainda, conforme o documento em destaque:

[...] o Decreto n. 5.296/2004 deve, à luz da Convenção, ser readequado de forma a incluir a expressão “intelectual” e a figura da deficiência mental atrelada ao conceito de transtorno psicossocial com características específicas ou combinadas, de síndromes e/ou quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018, p. 14).

O tratamento da Deficiência Intelectual tem como objetivo reforçar e simplificar o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, fornecendo o apoio que necessita para superar suas dificuldades. Em relação à escolarização, a Deficiência Intelectual tem sido “[...] um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo [...]” (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 14).

Nesta subseção, tornou-se perceptível a compreensão de questões atreladas à deficiência, correspondentes ao processo contínuo que precisa ser entendido e contextualizado devido à sua complexidade. Dentre as características da pessoa com Deficiência Intelectual, estão a dificuldade de construir conhecimento

semelhante aos demais indivíduos e também demonstrar suas capacidades cognitivas. Destarte, o deficiente poderá encontrar inúmeras barreiras para captar o processo de conhecimento devido aos prejuízos na estrutura de construção do conhecimento. Averiguamos que as mudanças ocorridas no campo das conceitualizações e terminologias se fizeram precisas, tendo em vista a necessidade da busca de olhar mais apurado e menos discriminatório no que diz respeito a essa específica parcela populacional.

Na próxima seção, iremos apresentar e analisar o romance **A barca dos homens**, de autoria de Autran Dourado, e refletir sobre as características da Deficiência Intelectual manifestas na personagem de Fortunato, assim como o tratamento auferido no contexto, possibilitando-nos traçar paralelos na relação entre trama e atualidade.

4 “FORTUNATO, ESSE COITADO...”⁸

Este menino já trouxe porcaria para casa, gritava Godofredo. Acaba débil mental como Fortunato. Ninguém acaba débil mental, Godofredo, dizia ela, sempre pronta a defender os filhos e Fortunato.

Autran Dourado

Nesta seção apresentaremos uma análise da obra **A barca dos homens**, do escritor mineiro Autran Dourado. Para tanto, estabelecemos como foco realizar inicialmente uma revisão da estrutura narrativa da obra, apresentando seus principais elementos para, em seguida, deter-nos em exame mais minucioso das características da personagem Fortunato. Neste aspecto, evidenciaremos questões relacionadas ao seu convívio com as outras personagens, sobretudo no que se refere às questões associadas à sua deficiência, além de verificar de que maneira sua condição interfere no desenvolvimento da trama.

Para realizar tal abordagem, optamos por buscar embasamento teórico em autores como Alexandre Mograbi, Juscelino Pernambuco, Julián Fuks e Regina Dalcastagnè. Na próxima subseção, optamos por apresentar uma breve biografia do autor, contextualizando o livro em seu momento de produção.

4.1 BREVE BIOGRAFIA DE AUTRAN DOURADO

Waldomiro Freitas Autran Dourado, autor, escritor e crítico literário, nasceu na cidade de Patos, em Minas Gerais, em dezoito de janeiro de 1926. Filho de juiz, residiu em diversas cidades. Enquanto cursou faculdade de Direito, trabalhou como jornalista e taquígrafo na Assembleia Legislativa. Durante cinco anos, atuou como Secretário de Imprensa da Presidência da República, no Governo de Juscelino Kubitschek. Sua estreia na Literatura deu-se com a novela **Teia**, no ano de 1947.

⁸ O título desta seção fora extraído do seguinte trecho pertencente à obra literária em análise: “Fortunato, esse coitado, não servia nem ao menos para entregar um rol de roupa lavada. A freguesia tinha medo dele, de seus olhos espantados, das histórias que corriam a seu respeito. Falavam que quando a coisa dava nele ficava perigoso. Por mais que Luzia dissesse que seu filho era bom, que era incapaz de fazer mal a uma formiga, ninguém queria saber dele” (DOURADO, 1983, p. 17).

Escreveu vinte e três livros, entre eles novelas, ensaios e romances. Autran Dourado é autor de destaque, tendo recebido nove prêmios, e seus livros foram traduzidos para vários idiomas. Já no exterior, destacam-se o Prêmio Goethe de Literatura, no ano de 1981, pelo conjunto de sua obra, e o Prêmio Camões, em agosto de 2000.

Em 1961, o autor se destaca com a publicação de **A barca dos homens**, romance que foi escolhido como o melhor livro do ano pela União Brasileira de Escritores e recebeu o Prêmio Fernando Chinaglia. Autran Dourado faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em trinta de setembro de 2012. Em seus livros, o autor focaliza a vida no interior de Minas Gerais e utiliza amplamente expressões locais, mas não explora as temáticas regionalistas, e sim os aspectos psicológicos da vida humana: a morte, a solidão, a incompreensão do outro, a loucura e o crime. Pertencente a uma geração de escritores modernistas, tem como marcas formais de seus textos uma literatura sem o compromisso com representações realistas, enveredando-se pelo Barroco, com emprego de linguagem rebuscada. Em entrevista ao crítico literário Julián Fuks (2010), o autor declarou:

Meus personagens se parecem muito comigo. Eu os conheço muito bem e sofro a angústia que eles sofrem. Não tenho nenhum prazer em escrever. Depois de pronta a obra, aí me dá uma certa satisfação, mas a mesma que dá quando se descarrega dos ombros um fardo pesado. [...] (Escrever é) também uma fatalidade. Você é destinado à literatura, e não a literatura a você (DOURADO apud FUKS, 2005, s/p).

Em seu livro, **Breve manual de estilo e romance** (2009), afirma que o escritor deve trabalhar como artesão, buscando a simplicidade de forma que a leitura se torne fácil e fluida, sem se preocupar com a crítica ou com a vendagem de suas obras. Logo, para trabalhar e exercer o ofício de escrita, seguia alguns rituais:

Ser simples é mais difícil das tarefas [...] Não pense em venda, vender livros é função de editores e livreiros, não sua [...] Todos os dias, antes de começar a escrever, lia um poema de qualquer grande poeta da minha língua. Em geral Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Murilo Mendes e João Cabral de Melo Neto que são os meus poetas preferidos (DOURADO, 2009, s/p).

A leitura que Autran Dourado faz do romance como gênero discursivo corresponde com a teoria proposta pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1998), mencionado na pesquisa de autoria de Pernambuco (2010):

para ambos, filósofo e ficcionista, o romance é um gênero que agasalha diferentes formas de expressão linguística, contempla o entrecruzar de

vozes sociais e pede uma diversidade de estilos. Este gênero textual literário é, ainda para eles, não só uma representação de si mesmo, mas também da cultura a que se vincula e acaba sendo a bússola de novos tipos de composições romanescas (BAKHTIN, 1998, apud PERNAMBUCO, 2010, p.15).

Diante desta perspectiva e estabelecendo relação com **A barca dos homens**, obra selecionada no *corpus* desta pesquisa, é possível afirmar que o romance, ao expor a vida e o cotidiano de uma personagem deficiente, promove espaço de reflexão sobre o assunto, dando assim voz a esse a quem está revestido de poder literário e social, permitindo construir a identidade do deficiente intelectual, e até mesmo, aprimorar a própria percepção do seu papel no mundo, especialmente na compreensão do leitor. Reflexões como essa serão apresentadas nas seções a seguir.

4.2 VISÃO GERAL DA ESTRUTURA ROMANESCA DE **A BARCA DOS HOMENS**: ESPAÇO, PERSONAGENS E TRAMA

Além do prêmio concedido pela União Brasileira de escritores no ano de 1962, o livro **A barca dos homens** foi destaque literário da revista *L' Express* na França, ademais, o jornal *Sonntagsblatt*, da Alemanha, considerou a publicação como uma das surpresas positivas no ano de seu lançamento. Segundo Alexandre Mograbi⁹, o romance tem sido adotado com frequência em cursos colegiais e universitários e é apontado como um clássico da Literatura Brasileira Moderna e também a nível mundial, em virtude de seus recursos técnicos e estilísticos.

O espaço físico da trama se refere à Ilha de Boa Vista, a qual apresenta marcas do passado colonial: a casa da Câmara, o chafariz e a nave da Igreja que no presente da obra encontra-se degradada pela exploração industrial da pesca, conforme é possível perceber no trecho em destaque:

Ilha da Boa Vista, separada do continente por um braço de mar de uns mil metros, onde boiavam barcos de serviço (de lado a lado, gritos de vogais demoradas) um mar feio e sujo, mar de estopas e nódoas de óleo, um mar feio e sujo, ar de pobres e de trabalhos e de chupas de laranjas podres, um mar de pescadores e de pretos, na entrada da ilha ainda se via escuro o marco que os descobridores deixaram. A terra era do Império, a Fé dilatada

9 Este pesquisador é autor da dissertação de Mestrado intitulada **A travessia de A barca dos homens de Autran Dourado nas ondas do fluxo de consciência**, defendida no ano 2006, no Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF.

até o outro mundo. Esta terra, Senhor... (DOURADO, 1983, p. 52 - 53, grifo nosso).

O espaço físico não apenas neste trecho, mas em vários momentos da obra, é referenciado com termos que trazem à tona um ambiente cético, umbrífero, descrevendo um espaço que não gera felicidade, não propicia a alegria. A Ilha da Boa Vista delinea o espaço histórico, psicológico e social no qual residem a personagem principal e seus familiares e vizinhos. Tal Ilha apresenta-se com destaque na obra, quase como se edificasse como uma outra personagem. Isto, porque permite analisar o tratamento, os ensejos, as incertezas, os medos e as privações vivenciadas não apenas por Fortunato, mas também por outros indivíduos representados no romance em igual situação de fragilidade. As descrições a ele referenciadas representam paralelamente o aspecto pesado e funesto que paira ao longo da narrativa. Este cenário que se ergue, apresentando personagens contidas ou amedrontadas, no desvã do espaço público da Ilha, expõe um repertório de figuras sociais incapazes de conviver e compreender este outro de estranha convivência.

O romance conta a história da personagem principal, Fortunato, um rapaz deficiente intelectual que mora com a mãe na Ilha da Boa Vista. Fortunato possui um número ínfimo de pessoas com as quais se relaciona, sendo elas, sua mãe Luzia; o ex-pescador e alcoólatra Tônho; Maria, a dona de uma casa de praia na Ilha – de quem Luzia fora babá na infância –; o marido; e seus filhos, Helena, Dirceu e Margarida. A ausência de informação em relação à sua deficiência possibilita que Fortunato e sua mãe padeçam com incompreensão, suscitando vários momentos de discriminação e exclusão. Ao longo da narrativa Fortunato é acusado por Godofredo, esposo de Maria, de furtar um revólver. Tal acontecimento gera temor aos habitantes do lugar, os quais passam a ter suas histórias descortinadas durante a trama. Mograbi (2006) assinala que a ação principal e a narrativa fundamental acontecem nas mentes das personagens, concedendo destaque quanto à profundidade filosófica e psíquica que é possível englobar em relação aos anseios humanos narrados por meio das mentes das personagens complexas. Segundo o pesquisador, o âmago de suas aspirações não é tão claro, sendo que somente o leitor atento consegue captar o que de fato ocorre com cada personagem psicologicamente, com destaque para Fortunato. Mograbi (2006, p. 88) menciona ainda que “[...] o leitor acompanha, compreende e interpreta por via de uma consciência

externa, as mentes das personagens criadas pelo autor [...]”. Para ele, Dourado teria tido dificuldade em lidar com a personagem Fortunato, exatamente porque se viu forçado a desenvolver e explorar a sua deficiência:

DOURADO: O Fortunato é muito difícil, é um personagem complicado e é um homem que tem problemas mentais.

MOGRABI: O que torna mais complexa a descrição da psique...

DOURADO: Eu tive bastante dificuldade em lidar com ele, exatamente por causa dessa situação que eu me vi forçado a fazer de deficiência mental dele (MOGRABI, 2006, p. 133).

Em termos de profundidade, de acordo com Mograbi (2006), resguardando as peculiaridades, a obra pode ser considerada bastante complexa, assim como **O som e a fúria** (1929), do norte-americano Willian Faulkner, exigindo recursos unificadores que objetivam esclarecer o que se passa na mente das personagens. Mograbi (2006) assinala ainda que o tema principal da narrativa **A barca dos homens** é representado pelo Renascimento ou renovação psíquica:

[...] Autran Dourado ao expor a etimologia dos nomes da obra em questão, afirma: FORTUNATO = (o que vai morrer e o que vai nascer – **A Madona e o Menino**) = ambos “fortuna” – “sorte, destino, ventura, boa ou má” – Dic. Moraes. Fortunato, “que a fortuna não deixa durar muito” Camões, citado sem aspas no monólogo de Maria (DOURADO, 2000, p. 161 apud MOGRABI, 2006, p. 93, grifos do autor).

De acordo com a escritora e pesquisadora Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, em seu texto **Mitos revisitados** (1999), a obra é um exercício intertextual:

A barca dos homens de Autran Dourado é uma narrativa em blocos, onde micro-histórias se reduplicam e se fundem e se comunicam, visando a atingir um intrincado labiríntico (...). Inversões e reduplicações marcam a tessitura narrativa, imprimem uma complexidade labiríntica ao comportamento das personagens (OLIVEIRA, 1999, p. 105, grifo da autora).

A citação da estudiosa é confirmada pelo próprio autor, Autran Dourado (2000, p.152), ao afirmar que seu livro possui uma multiplicidade de narradores, de focos, visões ou pontos de vista. Há narrativas dentro de narrativas: uma narrativa geral ou macronarrativa, se constrói a partir de narrativas particulares, as micronarrativas. O estudioso Mograbi (2006) assinala que são apresentadas quatro técnicas narrativas, sendo que a utilizada com maior frequência é a do monólogo interior, seguida da descrição onisciente. O pesquisador destaca, ainda, a técnica de solilóquio e o monólogo interior livre, presentes, estes, de forma mais rara no romance.

Alfredo Bosi (1989) aponta a refinada arte de narrar de Autran em virtude do uso da técnica narrativa de monólogos interiores. Também, Mograbi (2006) indica na obra **A barca dos homens**, como romance de destaque, “[...] o momento em que o narrador onisciente apresenta material não falado, por isso truncado ou falho quanto à coerência [...]” (MOGRABI, 2006, p. 67). O pesquisador atenta para a dinâmica dos fatos na narrativa. No bloco – O ancoradouro – a descrição dos atos ocorre lentamente, os períodos se estendem preguiçosamente, tendo trechos com frases curtas. No bloco – As ondas em mar alto – há frases breves, ocorre uma intensidade da trama em função da busca por Fortunato e questões particulares de diversos personagens, a maré engrossa e depois se acalma ao final. Segundo Pernambuco (2010), é com **A barca dos homens** que Dourado rompe com os princípios da linearidade estrutural da narrativa e da objetividade. De acordo com o pesquisador, Autran Dourado é um escritor perfeccionista: “O romance é perfectível infinitamente. Um romance não se termina, abandona-se” (PERNAMBUCO, 2010, p.16). Nas obras de Autran, segundo ainda o supracitado teórico, nada passa ou falta, tão pouco pode ser substituído, trocado ou deslocado, encontrando, portanto, seu devido lugar na tessitura narrativa. É, conforme afirma, “prosa tendendo para a poesia, buscando a poesia” (PERNAMBUCO, 2010, p.16).

Em consonância com os pressupostos de uma Literatura Contemporânea, o enredo se constrói a partir da participação de personagens que fogem aos modelos clássicos de herói ou heroína, que há muito estiveram presentes na Literatura. Assim, ganham espaço nas narrativas conforme aponta Regina Dalcastagnè (2001),

[...] herdeiros de seus malogros, de sua insanidade. Entendem mais da frustração diante dos moinhos de vento do que da euforia das grandes batalhas. Degradaram-se, nos termos de Lukács, e seguiram caminho, esmagando sob seus pés qualquer pretensão de glória. Não há espaço para heróis na narrativa contemporânea, nem para gestos magnânicos ou palavras eloquentes. E se algum desavisado se precipita, insinuando viver uma grande história, é logo achacado por outras personagens, pelo narrador, pelo próprio “autor”, que se julga no direito de entrar em cena para ridicularizar a infeliz criatura. Vão nos sobrando, então, uns sujeitinhos confusos, que tropeçam no discurso, esbarram nas quinas do livro, perdem o fio da meada (DALCASTAGNÈ, 2001, p. 114).

Deste modo, assume papel importante na narrativa em análise, além do protagonista, o anti-herói Fortunato, um deficiente intelectual e mulato, outros sujeitos às margens da sociedade, sujeitos *outsiders*, como Luzia, mãe de Fortunato, caracterizada como mulher de “[...] coxas grossas, seios gordos,

redondos e bom [...] e de sorriso grande, por conta [...] das gengivas sem dente, vermelhas e brilhantes [...]” (DOURADO, 1983, p. 16 - 19). Ademais, sobressaem, no romance, Maria, dona de uma casa de praia em Boa Vista, que embora seja descrita como mulher bela, vívida, vive casamento infeliz, permitindo-se trair seu esposo Godofredo. Mãe de três filhos Helena, Dirceu e Margarida. Godofredo se apresenta como homem covarde, pois denuncia Fortunato por ter lhe roubado uma arma, mas ao perceber o engano, não se retrata. Ressaltamos a existência de Tônho, expescador fracassado e bêbado, o qual andava desnortado pela Ilha. Também há de se destacar na narrativa as personagens secundárias, como o padre Frei Miguel, que dá apoio à Luzia; os três condenados, Benjamim, João Batista e Amadeu; e as mulheres do beco, tais como Zuleica, Filó, Margarida, Maura, a grávida Dorica, Mudinha e Dona Eponina, proprietária do Bordel. Há, ainda, os soldados incumbidos de prender Fortunato, caracterizados como seres humanos reais, detentores de certezas, mas também sentimento de medo, como demonstra o fragmento abaixo:

[...] os soldados, agora cinco, conversavam cansados da galinha. Contavam a história de Fortunato, que tinha roubado um revólver e estava solto na ilha. Aflitos, a conversa da galinha era só para disfarçar a ansiedade. O soldado mais novo, o que falava primeiro olha só a galinha do cabo, trazia os olhos duros e brilhantes: nunca sentira de perto o perigo, nunca apontara seu fuzil contra uma pessoa. No fundo era medo, um medo que fazia sua voz esquisita na garganta, um medo ancestral, as mãos um pouco trêmulas. Mas dizia corajoso precisamos ir catar logo esse camarada (DOURADO, 1983, p. 69).

“Sujeitinhos confusos” tal como define Dalcastagnè (2001, p. 114), estes personagens têm seus conflitos interligados e delineados aos entornos da população de Boa Vista, comunidade esta que pode ser captada pelo leitor como uma sociedade que ocupa a posição de preconceituosos quanto a tudo que foge à normalidade, por falta de conhecimento, gerando, por fim, o isolamento daqueles considerados anormais, como o que ocorreu inúmeras vezes com Fortunato e Tônho, este marginalizado por sofrer com o alcoolismo, aquele jogado em um hospício. Por serem vítimas de inúmeros preconceitos, estas personagens se aproximam, apoiando um ao outro.

Na próxima subseção apresentaremos uma análise da narrativa, apontando aspectos de sua estrutura, tais como tempo, espaço, personagens, narrador e ação, estabelecendo, concomitantemente uma análise da narrativa a partir da perspectiva da Deficiência Intelectual, diálogo com os teóricos e estudiosos até aqui elencados.

4.3 “TODO DIA ALGUÉM CRUCIFICA ALGUÉM”¹⁰: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA SOB A PERSPECTIVA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O livro é dividido em dois grandes capítulos ou blocos, intitulados **O Ancoradouro** e **As ondas em mar alto**. O primeiro capítulo é dividido em outros oito subcapítulos, fragmentando a narrativa em pequenas histórias no interior de uma história maior. Não existe um início clássico, mas sim o enfoque de uma história já em andamento, sem demarcação linear para o leitor, passando a sensação de que em sua leitura ele é apresentado a algo que já está acontecendo; há um evento em ação. Logo, no primeiro subcapítulo, intitulado **O cemitério da praia**, o recorte temporal se refere à Maria, seu esposo Godofredo e seus três filhos, em período de férias na casa da Praia de Castanheiras, na Ilha de Boa Vista. As crianças estão ouvindo histórias contadas por Luzia, mãe de Fortunato, empregada e lavadeira, descrita pelo narrador como uma mulher de fala pastosa e mansa, gorda de olhos amarelos e “cor preta [...] cheiro de magnólia ou jasmim? [...]” (DOURADO, 1983, p. 14). Moradora da Ilha desde que nascera,

[...] Noutros tempos ela cuidara de Maria, que adormecia quando pequena ouvindo as mesmas histórias que não envelheciam, toda vez que vinha com os pais passar o verão em Boa Vista, como agora tomava conta dos filhos dela, com o mesmo carinho e amor severo: eram quase seus netos [...] (DOURADO, 1986, p. 17).

As crianças ansiavam pelo novo dia para conhecerem o Cemitério da Praia. O local era considerado escuso para Godofredo. Não achava apropriado para criança, pois faria pensar na morte muito cedo, embora Maria achasse aceitável, considerando ser o cemitério um lugar muito bonito, quieto, perto do mar, onde haveria paz, possibilitando pensar em tudo, menos na morte.

Embora haja divergência entre o casal, as crianças são levadas ao lugar e mostram-se animadas, seguindo para o passeio ao cemitério na companhia de Luzia, que não obstante, aparente serenidade até mesmo na maneira de falar; escondia a tristeza, a solidão e a insegurança por ela sentida. A ausência da família quando as férias acabavam trazia à tona tais sentimentos. Já neste primeiro momento da narrativa, somos apresentados à solidão de uma mãe de um deficiente

¹⁰ O trecho é uma reprodução da primeira frase do capítulo A nave de Deus de **A barca dos homens** (DOURADO, 1986, p. 158).

intelectual que vê, nas férias da família, oportunidade para libertar-se da prisão diária a qual era submetida naquela Ilha, quando precisava então ter sua vida reduzida à convivência com poucas pessoas. Ela estava ciente de que conversar com seu filho Fortunato não adiantava devido ao seu comprometimento intelectual:

Mas era inútil conversar com o filho, ele nunca entendia as coisas direito: o olhar parado e suspenso, a boca úmida, aberta. Dava pena vê-lo. Luzia tinha o coração pesado, doendo. Os olhos de Fortunato perseguiram uma outra visão, ingênuos, voltados para dentro, estáticos quando não conseguiam alcançar o sentido das palavras. Ele só entendia quando falavam de coisas e então ria muito, até que a mãe mandava parar. Para, gritava ela. Era mesmo inútil conversar com Fortunato, antes falar sozinha. (DOURADO, 1983, p. 17).

Logo no início da narrativa, antes mesmo de esclarecer ao leitor a condição da personagem, Autran Dourado (1961) já estabelece uma espécie de pacto. Já o leitor, mesmo sem ter embasamento teórico em relação aos procedimentos que atestam o quadro de Deficiência Intelectual, possui senso comum capaz de compreender que há uma peculiaridade na figura de Fortunato, tal como é possível verificar no seguinte trecho:

E Fortunato, embora com quase trinta anos, não fazia outra coisa senão andar o dia inteiro pela ilha, de praia em praia, de penedo em penedo, catando ostras que comia com esganação, ou na colônia de pescadores do lado do continente, esperando os barcos voltarem da pesca, ou vagando no cais sujo, a ouvir como o canto de um menino morto a sirena da Fábrica, que espantava as visões dos olhos opacos, dos olhos afundados no seu porão ou muito tempo parados no brilho das escamas e das lajes, das ondas que batiam de Boa Vista os olhos de Fortunato eram mansos como peixes (DOURADO, 1983, p. 18).

A maneira como Fortunato incorpora e interage com o meio, no desempenho de suas necessidades de independência pessoal, de acordo com sua faixa etária e o conteúdo cultural que lhe foi transferido, observado ou vivido, indica seu funcionamento adaptativo no qual possui uma idade, mas não age de acordo com ela, apresentando limitações e dependência. Segundo pesquisadores, “o deficiente intelectual pode revelar influências provindas de motivação, traços de personalidade, educação, socialização, oportunidade vocacional, transtornos mentais e problemas clínicos” (WA JNSZTEJN; WAJNSZTEJN, 2007, p. 65), características claramente apresentadas por Fortunato durante a trama. A personalidade oscilava: por vezes, estava tranquilo, já em outros momentos, apresentava-se violento, sem saber

expressar o que sentia:

[...] Naquele mar sujo da parte velha de Boa Vista os olhos de Fortunato eram mansos como peixes. Apascentavam nuvens, lavravam ondas que ninguém podia entender. Quando a inquietação crescia, o delírio virava um bicho terrível, andava tanto que os pés sangravam e ele não podia parar. Dava socos surdos no peito, gritava nas praias desertas. E os olhos doíam cheios de saliva das lágrimas. Ele não podia parar. Andava, andava. Perguntava por que aquele espinho doía tanto no peito [...] (DOURADO, 1983, p. 18 - 19).

Os relacionamentos de Fortunato resumem-se à convivência diária com sua mãe Luzia, e sazonal com a família de Maria e Tônho: “Somente Tônho parecia entender as ideias descosidas e absurdas de Fortunato” (DOURADO, 1983, p. 17). A visível exclusão por parte da sociedade é vivenciada por Fortunato, sobretudo porque não corresponde aos padrões esperados para uma pessoa de sua idade. Tais atitudes, aliadas às características pertencentes a esta personagem, acabavam por dificultar o ingresso do garoto na lida diária da casa, estabelecendo relações simples, tais como auxiliar sua mãe a entregar as roupas as quais lavava para complementar a renda, e mesmo assim, com grandes dificuldades e sofrendo preconceitos pelos moradores do lugar:

Fortunato, esse coitado, não servia nem ao menos para entregar um rol de roupa lavada. A freguesia tinha medo dele, de seus olhos espantados, das histórias que corriam a seu respeito. Falavam que quando a coisa dava nele ficava perigoso. Por mais que Luzia dissesse que seu filho era bom, que era incapaz de fazer mal a uma formiga, ninguém queria saber dele (DOURADO, 1983, p. 17, grifo nosso).

Ao longo do romance, são notórios os momentos em que a personagem grita, corre ou se machuca de maneira desordenada, provocando apreensão nas pessoas as quais sentiam medo dele, não conseguindo assim interagir com o meio social:

Sem saber por quê, os olhos de Fortunato se enchiam de lágrimas, o peito estalava que nem casa velha. Sabia que isso era ruim, que daí a pouco podia passar a não entender mais nada [...] tinha desejo de unhar o peito até sangrar. O pior era a vontade incontrolável de andar que lhe dava [...] quando andava no seu delírio, não enxergava nada [...] nem Tônho lhe valia naquelas ocasiões. Era esperar passar. Passava. Mas doía de morte (DOURADO, 1983, p. 46).

A falta de informação sobre a deficiência, trazia receio à população da Ilha de Boa Vista. Conforme apontam os estudiosos, pessoas com Deficiência Intelectual

possuem comprometimento cognitivo, dificultando, assim, o seu ajustamento social (FREITAS; RODRIGUES, 2007). Portanto, a alteração dessa área tem consequências nas atividades diárias, em casa e/ou na comunidade, causando prejuízo à vida do indivíduo que frequentemente não tem uma família e uma sociedade preparadas para entender suas limitações, o que ocasiona o preconceito e a marginalização do indivíduo, como é possível atentarmos por meio da trama em análise.

Godofredo se chateava com Fortunato e o considerava companhia inadequada para seus filhos:

Uma vez, quando Fortunato deu de presente a Helena um rato branco, Godofredo quase perdeu a cabeça. Helena, toda alegre, os olhos faiscando, cheio de gritinhos veio mostrar ao pai. Olha só que beleza, papai. Beleza o quê, minha filha, perguntou distraído. O ratinho que Fortunato me deu. Rato! Rato! Era só o que estava faltando! Assustada com a fúria do pai, Helena fugiu para o canto da sala. Você vai jogar fora essa porcaria imediatamente! Não, papai, deixa eu ficar com ele. Joga fora! Papai, deixa, pediu ela, os olhos cheios de lágrimas. Não deixo coisa nenhuma. Joga fora! Helena tentou esconder o rato no bolso do vestido. O pai avançou para ela. Com medo, Helena deixou escapulir o rato. Godofredo correu atrás do bicho, pegou uma vassoura, acertou bem em cheio o rato. (DOURADO, 1983, p. 31).

Enquanto Godofredo olha para Fortunato com evidente hostilidade, Maria parte de uma relação mais permissiva e humana. Diante da sua igual incompreensão tal como a do marido, ela achava a atitude de Fortunato mais infantil que a de seus filhos: “Fortunato é uma criança, talvez mais criança do que meus filhos” (DOURADO, 1986, p. 30). A diferença de tratamento por parte do casal mostra que embora a ignorância seja comum a ambos, a relação com Fortunato se dá em planos bem diferentes. Maria olha para o garoto de modo distinto, tal como olha para os próprios filhos, e por não conhecer sua condição, busca em seu próprio contexto de vivências, uma justificativa baseada no conceito de idade que lhe é de domínio.

A descrição física de Fortunato sustenta ainda mais as diferenças que o afastam do estabelecido como padrão de normalidade. O incidente do rato demonstra tanto a inaptidão de Fortunato em relação às etiquetas sociais acerca do ato de presentear, uma vez que ele o faz com um objeto incomum, e quanto ao extremo da reação do pai. Nota-se, na agressividade com a qual Godofredo responde à filha e mata o animal, uma extensão da própria agressividade presente naqueles que não compreendem as atitudes de um deficiente intelectual. Não houve

por parte de Godofredo, seja com a filha, seja com Fortunato, sensibilidade e percepção diante do insólito presente.

Em outro momento da trama, Maria constata a atitude pueril de Fortunato. Dourado destaca novamente a particularidade da Deficiência Intelectual quanto a diferença entre a idade cronológica e a idade mental inerente ao indivíduo:

[...] Há muito tempo estava assim, absorto em alguma coisa. Um bicho certamente, concluiu ela. Ele vivia sempre às voltas com bichos, com besouros, lagartixas, formigas – o mundo das formigas – aranhas peludas, coisas fedorentas e repugnantes. Ficava parado horas e mais horas, os olhos esgazeados acompanhando os movimentos de inúmeras patas desordenadas, patas que mexiam para frente e para trás, para trás e para a frente, para cima e para baixo, para baixo e para trás, para cima e para frente, de novo, sempre, não desordenadas, porque havia uma ordem nas coisas, uma história que seguia um movimento, de quê mesmo? Cheias de filamentos, patas, o ventre escuro e escamado de uma barata [...] (DOURADO, 1986, p. 30).

A mesma ignorância e frieza podem ser verificadas em outros discursos agressivos por parte de Godofredo quando, na tentativa de criticar o próprio filho, o compara a Fortunato simulando um futuro no qual o filho enlouqueceria ou “acabaria débil mental”, tal como seria a seu ver a figura de Fortunato:

Esse menino já trouxe porcaria para casa, gritava Godofredo. Acaba **débil mental** como Fortunato. **Ninguém acaba débil mental**, Godofredo, dizia ela, sempre pronta para defender os filhos e Fortunato. Sabia que o marido não gostava de Fortunato, suportava-o com dificuldade, muitas vezes gritava com ele. A gente vem para praia descansar e acaba pior, lidando com doidos, dizia Godofredo. Fortunato não é doido. Não é doido? Eu é que sou com certeza! (DOURADO, 1983, p. 30, grifos nossos).

Nos trechos em destaque é possível perceber o tratamento e o vocabulário inadequados direcionados a Fortunato. A loucura torna-se comparativo diante da incompreensão frente a sua condição. É possível observar o quanto a terminologia está impregnada de preconceito, conforme afirma Bakhtin (2002, p. 95): “[...] a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida [...]”. Logo, o sentido de uma palavra é totalmente determinado por seu contexto.

Não obstante Veltrone e Mendes (2012) ressaltam que a mudança de nomenclatura deve vir acompanhada de mudanças estruturais e atitudinais diante do conceito da Deficiência Intelectual: “Sendo necessário considerar a necessidade de

uma organização social que esteja disposta a olhar a deficiência intelectual enquanto o sujeito que pode se desenvolver e aprender assim como os demais” (VELTRONE, MENDES, 2012, p. 13). No livro em análise, é possível perceber que termos como “débil mental” ou “louco” são comumente atribuídos a Fortunato por outras personagens. E os contextos desta enunciação valem-se de agressividade e rechaça, como se a vontade de excluí-lo do convívio social se desse não apenas no plano espacial, mas também no linguístico. Paralelamente é possível ainda perceber na narrativa a utilização de termos que, conforme apontam pesquisadores citados na segunda seção desta dissertação, eram atribuídos e utilizados para nomear os indivíduos com deficiência. Cabe destacar ainda que as terminologias enfrentaram distintas complexidades, ora porque ao serem utilizadas para se referirem aos excluídos, tornaram-se repletas de carga negativa, ora porque já eram imbuídas de teor negativo quando foram utilizadas. Num contexto de exclusão e incompreensão ao qual são expostos os deficientes, a palavra fica impregnada deste preconceito. Então, louco, doido e débil mental são termos que vão se restringindo a uma única definição: aquele indivíduo que eu desconheço como igual a mim e o qual não consigo compreender.

A ingenuidade de Fortunato e das crianças possibilitava-lhes uma convivência harmoniosa, diferente da sociedade em geral, onde, via de regra, a incompreensão facultou que os diferentes sempre fossem tratados de forma relativamente agressiva e confusa, sendo rotulados, segregados, discriminados e excluídos. Na Ilha, diziam que Luzia não sabia quem era o pai de Fortunato:

Sabia sim, mas não contava. Que é que tinham que ver com quem lhe fizera o filho? [...] Assim Fortunato nasceu sem pai, dizia. Cresceu na ilha solto como bicho brabo. Mas a medida que o corpo crescia, o espírito ficava para trás como espiando alguém que ia fazer uma longa viagem. Se não fosse a violência que às vezes era possuído, aqueles olhos grandes e ingênuos apenas dariam a visão de uma alma criança. Na verdade ninguém podia dizer quantos anos tinha: às vezes no seu riso parecia um menino, noutras um velho [...] (DOURADO, 1986, p. 19 - 20).

A realidade de Fortunato não difere de muitos que possuem a deficiência. Tônimo e Helena, respectivamente o bêbado e a criança, são as pessoas com as quais Fortunato tem melhor convívio na Ilha. É possível notar que por diversos momentos, Tônimo é citado como um dos únicos moradores que convivem em harmonia com Fortunato, possibilitando-lhe o conhecimento da ilha e do mar:

Tônho era mais que um amigo, valia pelo pai que ele não conhecera. A gente às vezes tem pai, mas procura pai a vida inteira. Sentia amparado quando estava perto dele, bebia-lhe as palavras, gostava até de sentir seu bafo quente, o cheiro quente de suor (DOURADO, 1983, p. 45).

O abandono de Fortunato e sua mãe, diante de uma figura masculina que fosse capaz de assumir o filho e a esposa, demonstra a realidade do jovem, tal como a de muitos que possuem a deficiência – figuras paternas ausentes ou omissas que preferem renegar o filho a acolhê-lo. A obra nos permite levantar questões caras às pessoas com deficiência no Brasil: quantos homens abandonam o lar porque são incapazes de conviver com a realidade de um filho que possua uma deficiência?

Considerando que Tônho é também uma personagem desviada, em virtude de seu alcoolismo, cabe destacar que sua incompreensão figura-se passível de algumas leituras: o acolhimento de um ser diferente só acontece por outro ser diferente; ou ainda, Tônho só convive bem com Fortunato porque, em virtude de seu constante estado de embriaguez e conseqüente desconexão da realidade, é incapaz de olhar o menino como as outras pessoas o veem.

Não obstante, sua atuação e suas relações sociais carecem de aspectos e atributos considerados comuns àqueles estabelecidos para sua faixa etária:

Maria tentou ensinar-lhe alguma coisa, mas não conseguiu que conhecesse uma letra sequer. Arranjou livros de psicologia, fez jogos de cartolina, perdia horas estudando a maneira de se aproximar do espírito de Fortunato. Tudo inútil, ele não aprendia, não entrava nas letras... Dava pena vê-lo querendo aprender [...] (DOURADO, 1983, p. 20).

Foi-nos apresentada a dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva. Uma vez que apresenta prejuízos no funcionamento, na estruturação e na construção do conhecimento, e habilidades ligadas à linguagem, leitura, escrita, matemática, raciocínio, conhecimento intelectual, memória de longo prazo e aprendizado abstratos, características estas da Deficiência Intelectual que se diferem de outras barreiras também encontradas nas demais deficiências existentes.

Apesar de todas as tentativas realizadas por Maria, Fortunato não conseguiu aprender as letras, mas seu conhecimento sobre a natureza e a Ilha na qual residiam, eram significativos. Embora manifestar embaraço para assimilar os acontecimentos e, por vezes, mostrar-se uma pessoa indolente, sendo capaz de

entender melhor as coisas concretas, mostrava-se sempre ocupado com os bichos com os quais se divertia: “[...] se Fortunato não conseguia aprender as letras, os segredos da ilha e do mar não lhe eram estranhos, tinha uma acuidade especial para as coisas da natureza [...]” (DOURADO, 1983, p. 20). O indivíduo com Deficiência Intelectual tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde às expectativas sociais. Fortunato tinha se apropriado de conhecimentos seculares, dentre eles, os aprendizados com Tônho. Entretanto, a sociedade tende a valorizar o saber escolarizado ou científico em detrimento daquele de origem secular.

Sabe-se que no passado ainda recente, o deficiente era privado de participar da vida escolar, tal como teorizamos na seção 3.3, sendo que no Brasil a institucionalização oficial da Educação Especial ocorrera apenas no ano de 1973. Conforme Tessaro (2005) salienta, acredita-se que as limitações maiores na Deficiência Intelectual não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas às pessoas. Para Tessaro (2005), a vida de uma pessoa com deficiência passa a girar em torno de sua limitação ou incapacidade, especialmente quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas em conta. No caso do deficiente intelectual, este frequentemente é considerado como incapaz, sendo colocado à margem da sociedade; excluído, como ocorreu durante séculos, fato que não se figura de modo tão diferente em nossa atual sociedade, tampouco no livro em análise. Como vimos, historicamente o movimento mundial de mudanças de paradigmas, deixa claro que todos os seres humanos têm direitos iguais, entre eles, as pessoas com deficiência, o que viera a tomar força somente no século XX, em 1948, com a publicação da **Declaração universal dos direitos humanos**, que passa a considerar mundialmente os direitos que os seres humanos possuem, sem que possamos diferenciá-los por raça, gênero, religião, condição econômica, cultural, física, sensorial ou intelectual. Embora não trate especificamente acerca dos direitos das pessoas com deficiência, a declaração em voga esclarece que todos os seres humanos têm direitos iguais.

Outra característica singular que Fortunato apresenta é a dificuldade para assimilar e desvelar seus sentimentos. É assustadora a forma como a personagem encontra para externalizar os seus desejos e as suas insatisfações não compreendidas pelos outros. É como se o colocassem na condição de quem não

possui sentimentos por apresentar determinados comportamentos fora dos padrões aceitáveis. O andar, o falar desordenadamente e o choro, são os meios por ele encontrados para se organizar e proteger diante daquilo que não entende, já que não lograva ser compreendido. Por vezes, expunha seus sentimentos, expressando-se de forma inadequada por intermédio de delírios atinentes à sua deficiência:

Quando a inquietação crescia, o delírio virava um bicho terrível, andava tanto que os pés sangravam e ele não podia parar. Dava socos surdos no peito, gritava nas praias desertas. E os olhos doíam cheios de saliva das lágrimas. Ele não podia parar. Dava socos surdos no peito, gritava nas praias desertas. E os olhos doíam cheios da saliva das lágrimas. Ele não podia parar. Andava. Não podia. Andava, andava. Perguntava porque aquele espinho doía tanto no peito [...] (DOURADO, 1983, p. 18).

Em alguns momentos da obra, a linguagem repetitiva é abordada de forma proposital. Pela narrativa de fluxo de consciência, tais repetições têm o propósito de nos levar a entender o que Fortunato estaria pensando, trazendo ao leitor a experiência sensorial da vida e do ambiente da personagem. Apesar de parecer ao leitor uma repetição incorreta e incomum, levando-o, em um primeiro momento, a pensar se tratar de erro de editoração da obra, na realidade, tem um significativo papel, evidenciando, portanto, mais uma característica da Deficiência Intelectual, permitindo ao leitor experienciar os problemas protagonizados por Fortunato.

A narrativa revela várias especificidades da Deficiência Intelectual, e dentre elas, salienta também a ingenuidade e a inocência da personagem: Fortunato volta para casa em busca de potes vazios para colocar suas aranhas e assim presentear Tônimo. Ao perceber que a casa estava vazia, começa a mexer nos guardados:

[...] As janelas abertas eram um chamamento. Gostava de andar pela casa vazia, mexer nos guardados, cheirar os perfumes de Maria, lambuzar os dedos nos potes brancos de creme para pele, no batom [...] gostava de sentir no rosto a seda das combinações, a macieza da lingerie, as rendas das calças com fundilhos desbotados de tanto lavar o mijo. Ria assustado. Era uma sensação estranha que sentia [...] O que ele queria agora eram uns vidros vazios onde pudesse guardar as aranhas caranguejeiras, para mostrar para Tônimo (DOURADO, 1983, p. 47- 48).

O texto nos mostra o interesse e o aflorar da sexualidade desconhecida, mas prazerosa, brevemente sentida por Fortunato. Embora a descoberta do sexo se inicie cada vez mais cedo em nossa sociedade, notamos o quão raro ainda são as discussões sobre sexualidade no âmbito da Deficiência Intelectual, uma vez que são vinculados à inocência. De acordo com Glat (2004):

[...] de maneira geral, pessoas com deficiência mental exibem comportamentos sexuais inapropriados, ou são sexualmente inibidas ou inativas, por não lhes ter sido dada uma educação e orientação sexual adequada, ou pelo menos, a oportunidade de “aprender na vida”, como os demais (GLAT, 2004, p. 18).

É notório que as práticas e as concepções relacionadas à sexualidade e aos direitos sexuais das pessoas com Deficiência Intelectual, ainda permanecem estigmatizadas, embora tenham ocorrido pequenos avanços sociais e educacionais: “A orientação é a palavra, tanto para alunado, quanto para pais” (GLAT e PLETSCH, 2004). A discussão e a conscientização devem ser oportunizadas pela família, pela escola e pela sociedade em geral. Esse avanço ainda se faz de forma tardia. Todavia, demasiado urgente.

A narrativa traz à tona a maneira como deduções precipitadas e discriminatórias podem alterar a vida e a rotina de vários indivíduos. O prazer em mexer nos guardados de Maria acaba por levar Fortunato a ser incriminado de um furto não ocorrido, pois ao voltar da praia para casa, o casal se dirige para o quarto e Godofredo vê de relance Fortunato saltando a janela: “A gaveta aberta, tudo remexido. Pensou imediatamente no revólver. Precisava deter aquele louco. Correu à janela. Fortunato, gritou. Volta, Fortunato! Ele tinha desaparecido no jardim” (DOURADO, 1983, p. 51). O fragmento em questão salienta que Fortunato tem noção de estar fazendo algo que não deveria, contudo, sem saber se expressar e amedrontado pela situação, opta por fugir. Diante do ocorrido, a narrativa nos leva a outros momentos que retratam ações de pertencimento e superioridade social.

Godofredo presta queixa de que Fortunato teria roubado seu revólver, um Smith-Wesson, calibre 38, sendo prontamente atendido pelo sargento Bandeira, “homem de coragem, já estivera em duas revoluções, do lado da ordem e da lei [...]” (DOURADO, 1986, p. 56), o qual, bastante agitado, leva ao conhecimento do tenente Joaquim Fonseca o que acontecera. Com seu olhar nada impessoal, comprometido com o depoimento do estabelecido Godofredo, não teve dúvidas em assumir uma posição partidária, apesar da ausência de provas: “[...] O sargento: Tenho a impressão que o rapaz estava planejando o roubo há muito tempo” (DOURADO, 1983, p. 59) – suscitando assim falsas acusações e comportamentos discriminatórios:

[...] Fui lá, disse. O caso desta vez é sério, seu tenente. Não é como das outras vezes. Sim, isto sei eu, gritou o tenente. Precisamos agir logo. O

sargento: Tenho a impressão que o rapaz estava planejando o roubo há muito tempo [...] (DOURADO, 1986, p. 59).

Dourado (1961) realça aqui a atitude preconceituosa do experiente sargento Bandeira, o qual apresenta um juízo de valor preconcebido responsabilizando Fortunato, de forma hostil, por uma atitude que ele não cometeu, prosseguindo com seu discurso acusador:

[...] É uma pena se ele perder aquela arma. Não perde não, disse o tenente, nós pegamos o diabo desse **louco**. Sei não, seu tenente, é capaz de morrer gente. Ele sabe atirar? Me disseram que sabe. Não acredito, mas me disseram. É **bicho perigoso**, não tem dúvida... De qualquer maneira, um louco com arma na mão não é brinquedo, pode atirar a torto e a direito, matar gente na rua (DOURADO, 1983, p. 60, grifos nossos).

Importante notar os termos utilizados pelos policiais para se referirem a Fortunato, tais como “louco” e “bicho perigoso”. A trama nos conduz a perceber que um grupo social dominante pode ser capaz de forjar situações que permitam posturas radicais, como atitudes violentas e mesmo criminosas contra membros aos quais não lhes é dada a voz (ELIAS; SCOTSON, 2000). Sendo assim, observamos que o romance apresenta uma situação em que a personagem deficiente não tem e não terá voz. Para ela, já há as pré concepções e juízos que determinam que o seu direito de ir e vir estará impedido, pois ela representa um risco latente para o restante da população. O trecho em questão permite-nos rever estereótipos e atitudes discriminatórias sobre a deficiência que levaram diversos indivíduos ao sofrimento, ao silêncio e à invisibilidade da sua condição.

A narrativa descreve que a população tem receio de um “louco armado” estar solto na Ilha, podendo ocorrer uma tragédia, suscitando a necessidade de uma busca por Fortunato, que deveria ser capturado vivo ou morto. Tais aspectos, experienciados pela personagem em destaque, refletem questões comuns à sociedade, incapaz de reconhecer e conviver com uma pessoa diferente, tal como a personagem se apresenta. Nesse sentido, a urgência de pavimentar o caminho da mudança de atitude necessária ao tratamento inclusivo fez e faz-se latente. Segundo Tomasini (1998), à pessoa com deficiência raramente é dada à palavra e suas reações, majoritariamente, são entendidas circunscritas ao seu quadro de anormalidade, fechando-se, assim, a possibilidade de se perceber comportamentos significativos que superem tais limites, questões antes pouco exploradas e que

vieram à tona, em especial a partir da década e 1980, quando a ONU proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, adotando como eixo fundamental a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e a igualdade de condições de vida de modo equivalente a todos os outros cidadãos. Werneck (2000) assinala que nessa ocasião, foi lançada pela ONU a semente do conceito de sociedade inclusiva, entidades não-governamentais e governamentais, a mídia e nações, reafirmaram, durante um ano, a necessidade mundial de reconhecer os direitos das pessoas com deficiência como membros integrantes da sociedade. Esse ano serviu como estímulo para a união das forças das pessoas deficientes em todo o mundo e posterior expansão de seu movimento organizado, dando início e rumo às reivindicações de igualdade das oportunidades. A mobilização política no Brasil, em torno do Ano Internacional, foi acentuada, provocando mudanças na maneira de ver e lidar com as pessoas deficientes, despertando nelas a consciência de que são plenamente capazes de interferir e mudar a realidade (VEREZA, 2008).

Uma sociedade acomodada com os problemas alheios foi e ainda é comum na atualidade, conforme é possível verificar no livro de Autran Dourado, através da fala das demais personagens acerca do que eles entendem como má sorte por parte dos familiares de uma pessoa com essa condição: “[...] Você falou com a mãe? Ela não quis me ver, disse o sargento, trancada no quarto, chorando. É, disse o tenente. Disse o sargento **coitada, ter um filho assim deve mesmo partir o coração**. Boa mulher” (DOURADO, 1983, p. 61, grifo nosso).

Embora os policiais e demais moradores percebessem a fragilidade da mãe, nada fizeram em relação à situação. A mãe tenta, à sua própria maneira, ajudar o filho. Nos momentos de crise, Luzia e Fortunato sofriam, não obstante a falta de informação em como proceder em relação à deficiência, como diante da reação social. A mãe se vê em uma situação de extrema debilidade. Paralelamente à sua própria incompreensão e dificuldade, a figura materna precisa ainda lidar com a ignorância do outro que é também a sua:

[...] Não queria que levassem o filho para o hospício (será que não compreendiam que o Fortunato era bom, que o hospício era ruim, que lá lhe maltratavam o filho? E que ele estava apenas fraco da cabeça e nada mais), não queria que o prendessem outra vez (DOURADO, 1983, p. 102, grifos do autor).

Aqui é possível ainda inferir, através da narrativa, a predominância do

discurso dos estabelecidos, excluindo não apenas o deficiente intelectual, mas aqueles que estão ao seu redor, criando assim um ciclo vicioso de preconceito e supressão, conforme os trechos selecionados a seguir podem indicar:

Ninguém acreditava que Fortunato era bom, só ela e Tônho. Mas Tônho era bêbado, não podia fazer nada pelo filho (DOURADO, 1983, p. 101).

Ninguém acreditava que Fortunato era bom, todos contra ele. Por que eu tenho um filho assim? Que foi que eu fiz? Ele era bom, tinha certeza (DOURADO, 1983, p. 109).

Fortunato não era louco, será que a cidade não compreendia? Só fraco do juízo. A cidade não compreendia, os homens juntos não entendem ninguém. Como ele, Boa Vista tinha medo e sob a pressão do medo vivia. Um louco fugira armado [...] (DOURADO, 1983, p.106).

A narrativa enfatiza o sofrimento da mãe por seu filho. Luzia não queria que prendessem Fortunato ou o levassem para o hospício outra vez, pois lá ele estaria confinado e não receberia tratamento. A deficiência, no período histórico no qual se passa narrativa, era considerada hereditária e incurável. A maioria das pessoas com Deficiência Intelectual era relegada a hospícios, albergues ou cadeias locais, como apresentado na trama, prática que apenas intensificava o preconceito. A solidão é sentida por Luzia e Fortunato, que não têm a quem recorrer para desabafar, auxiliar e lhes orientar. Além disso, a única pessoa do lugar que compreende ela e seu filho, conforme dissemos anteriormente, é o bêbado, relegado a igual exclusão em relação a um deficiente, em virtude de sua condição. Logo, o sofrimento da mãe intensifica-se ao longo da obra, já podendo ser identificado desde o início do livro, antes mesmo do incidente:

E ela chorava escondido a sua mágoa, era imunda aquela vida, como dilacerava, tinha horror das perguntas do filho quando ele andava e ela trazia os olhos vermelhos de choro. Mãe, por que você chora? Que é que lhe está machucando? Ele só entendia de machucado, o seu corpo, as suas lembranças de carne. Como só sabia das coisas pelo cheiro, pelo ruído, pela cor e formato. Nada, meu filho, respondia, é a fumaça do fogão (DOURADO, 1983, p. 17).

A exclusão vivenciada em seu contexto social, instigada por uma sociedade que reprime e o considera incapaz e louco, pois foge ao padrão de normalidade, bem como a segregação de Fortunato, são nítidas a partir de suas vivências, certificando o que pudemos averiguar nos discursos anteriores em relação ao olhar cultural o qual lançamos sobre a Deficiência Intelectual ainda considerada pela

sociedade como barreira à inserção social: a mãe não compreendia o que ocorria, fazendo parte da mesma sociedade carente de compreensão para com o deficiente, reflexo de como as pessoas estavam despreparadas para receber e aceitar um deficiente intelectual. A expectativa da chegada de um bebê é um momento singular. Durante a gravidez, a mãe desenvolve uma imagem ideal para seu futuro bebê (KLAUS; KENNEL, 1993), constrói sonhos e fantasias em torno desse filho, projetando um pouco de si e criando expectativas sobre o lugar que ele irá ocupar no seio dessa família (PANIAGUA, 2004). Quando o filho apresenta alguma deficiência, a aceitação é desafio constante para família e para sociedade a qual muitas vezes por falta de informação e o isolamento no ambiente impõe barreiras:

Os olhos nadavam em lágrimas, um bolo seco na garganta impedia-a de falar, não era capaz de explicar aos outros que o filho era bom, Fortunato só tinha a cabeça fraca, não entendia as coisas direito. Ninguém acreditava. Só Maria e os meninos não temiam Fortunato. E Tôngo, que não contava, um bêbado [...] (DOURADO, 1983, p. 17).

Expressões como **esse coitado, olhos espantados, quando a coisa dava nele e ficava perigoso**, demonstram que sua condição o coloca em situação de distanciamento em virtude de promover aparente ameaça aos demais. Nesse sentido, diversos são os trechos inerentes à narrativa em questão por intermédio dos quais nos tornamos capazes de observar como os *outsiders* são considerados e se consideram inferiores. Deste modo, o problema da desigualdade social é visível, e o deficiente Fortunato torna-se personagem estigmatizada. De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 13, grifo dos autores), “[...] os indivíduos ‘superiores’, podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores [...]”. Cabe destacar que Dourado (1961), ainda que moderadamente, coloca em questão a fragilidade do papel materno, do qual se espera amor incondicional. Luzia busca equilibrar-se entre o sofrimento e a incompreensão da condição do filho, e suas responsabilidades maternas, tal como cristalizadas socialmente. Sendo assim, sustenta-se debilmente entre o choro e a revolta, o silêncio e a negação. Em relação à compreensão de que a pessoa com deficiência tem o direito à convivência não segregada e acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos, cabe à sociedade não só oferecer um ambiente com serviços, atividades e informações àqueles que deles necessitem, mas também torná-los disponíveis e acessíveis para todos. Gugel (2006) salienta:

[...] promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e de participação plena das pessoas com deficiência na vida social e no desenvolvimento, atribuindo o meio como fator determinante do efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa (GUGEL, 2006, p. 27).

No contexto atual, a partir da Declaração dos Direitos de Pessoas com Deficiência Mental (ONU Resolução 2856, de 20/12/71) em caso de necessidade de internamento, deverá ocorrer em estabelecimento especializado, e o ambiente e as condições de vida nesse estabelecimento devem se assemelhar ao máximo aos da vida normal. Ainda, de acordo com o artigo 4 da **Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, fica assegurado o direito à atenção médica e ao tratamento físico exigidos pelo seu caso, como também à educação, à capacitação profissional, à reabilitação e à orientação que lhe permitam desenvolver ao máximo suas aptidões e possibilidades. É importante destacar a atribuição do valor pessoal àqueles que tinham deficiência, na tentativa de torná-los iguais em direitos e dignidade. Nesse momento, a pessoa com deficiência, definida pela Declaração, é percebida como aquele indivíduo que, devido aos seus déficits físicos e mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano dito normal.

De acordo com Gugel (2006), a ONU proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, passando a adotar como eixo fundamental a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade e a igualdade de condições de vida de modo semelhante a todos os outros cidadãos. Nos estudos da área, considera-se que esse ano serviu como estímulo para a união das forças das pessoas deficientes em todo o mundo e posterior expansão de seu movimento organizado (ALMEIDA, 2009), dando início e rumo às reivindicações de igualdade de oportunidades. No período de 1983 a 1993, seguiu-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, consolidando princípios éticos, filosóficos e políticos que sustentaram o processo de construção da cidadania dos deficientes.

Outro dado que podemos destacar a partir do romance é a falta de conhecimento próprio da época, como visto na seção 3.3 que apresentou de forma breve o histórico da deficiência. Hoje, a Declaração orienta que no caso de ser um deficiente objeto de ação judicial, ele deve ser submetido a um processo justo, segundo o qual seja levado em plena conta seu grau de responsabilidade, de acordo com suas faculdades mentais. Além disso, a declaração explicita como proceder em

casos mais extremos:

Se alguns deficientes mentais não são capazes, devido à gravidade de suas limitações, de exercer afetivamente todos os seus direitos, ou se tornar necessário limitar ou até suspender tais direitos, o processo empregado para esses fins deverá incluir salvaguardas jurídicas que protejam o deficiente contra qualquer abuso. Esse procedimento deverá basear-se numa avaliação da capacidade social do deficiente por peritos qualificados. Mesmo assim, tal limitação ou suspensão ficará sujeita a revisões periódicas e reconhecerá o direito de apelação para autoridades superiores (Declaração dos Direitos de Pessoas com Deficiência Mental, ONU Resolução 2856, de 20/12/71).

A falta de conhecimento própria à época, como visto na segunda seção desta dissertação, permitiu criar diversas especulações sobre o assunto, assim como tratamento equivocado, danoso e discriminatório da pessoa com deficiência, em especial aquelas com Deficiência Intelectual, situação essa clara no romance:

Você que conhece **essa gente** melhor, sargento, como está Fortunato da cabeça ultimamente? Não está muito bom não, disse o sargento. Quando está assim e violento. O senhor não se lembra quando agarramos ele da outra vez, pra levar ele pro hospício? Se me lembro, disse o tenente. Puxa! Foi preciso seis homens. Se você não tivesse dado aquela porrada na cabeça dele, não ia preso de jeito nenhum (DOURADO, 1983, p. 60, grifo nosso).

A ambiguidade entre a Doença Mental e a Deficiência Intelectual ocorrida em virtude da falta de informações e estudos no passado, conforme abordado na seção 3.3, também apresentado no romance retratando quadros de exclusão e maus tratos, ainda continua a acontecer. É recorrente na atualidade observar tal equívoco, até mesmo por pesquisadores que citam a personagem Fortunato, como no fragmento a seguir:

Em A barca dos homens o tema da loucura, que já havia aparecido em Ópera do mortos (1967) e em Os sinos da agonia (1974), volta agora com o personagem Fortunato, que de afortunado nada tem a não ser o fato de não ter muita consciência da vida. Susto e medo, sonhos e temores, baques e choques, história de caça e caçador, desencontro da máquina do mundo são a tônica da obra: "A vida humana não vale nada, qualquer um pode matar. Um dia da caça, outro do caçador. A máquina do mundo era complicada demais para ela, o entendimento se tornava difícil" (PERNAMBUCO, 2010, p. 104, grifos do autor).

É possível observar o quanto os trechos supracitados estão cobertos de preconceito e falta de conhecimento em relação a Fortunato. No entanto, a falta de compreensão da personagem, de si, do outro e pelos outros, viera a possibilitar

expressivo atrito entre a comunicação e a interação. Consoante à existência deste atrito, a resposta de Fortunato para o ambiente, seja ele físico, uma vez que ele também não compreendia o ambiente físico, seja dos indivíduos, apresentava uma resposta agressiva, por meio de gritos, ora debatendo-se, ora chorando. Diante desta resposta agressiva, o outro veio a excluí-lo e rejeitá-lo ainda mais. Tal situação nos remete às seções 3.2 e 3.3, nas quais, de modo histórico, é possível contemplarmos a forma excludente e discriminatória de lidar com o deficiente, consequência da incompreensão na maneira de lidar com a deficiência. Sentimentos comuns aos *outsiders* uma vez que só com informação a pessoa pode lutar pela garantia de seus direitos, sobretudo aqueles ainda inexistentes no período histórico da narrativa, conforme destacado:

Agora era diferente, seu Godofredo falara em revólver, em balas, em morte, coisas assim. Não podia esquecer o vulto de um soldado na praia, o fuzil de lado. Vão matar Fortunato, minha Nossa Senhora do Perpétuo Socorro! Ninguém acreditava que Fortunato era bom, todos era contra ele. Por que tenho um filho assim? Que foi que eu fiz? Ele era bom. Tinha certeza [...] (DOURADO, 1983, p. 109).

O fragmento em destaque nos descreve uma mãe cheia de medo e dúvidas que percebia a situação de perigo para com seu filho e não sabia como se posicionar sobre a condição particular de Fortunato, trazendo a si vários questionamentos, mostrando-se ignorante para reagir a tal situação. Godofredo encontra sua arma, ele a deixara em cima do armário por causa dos meninos. Covardemente, opta por não avisar à polícia, já que ficaria indigno para ele ter feito a denúncia e chegar até mesmo a afirmar que Fortunato teria se apoderado da arma de caso pensado:

[...] Não podia, não tivera força para deter o movimento que iniciara. Que diria o tenente? Um bruto, um primitivo. Seria humilhado, ninguém compreenderia a intenção de seu gesto, que era proteger a cidade, salvar a vida de inocentes. O ridículo, a humilhação que cairia sobre ele. Pensou em procurar o tenente, dizer-lhe tudo. Faltou-lhe força. Depois, depois era tarde. Não podia deter a máquina do mundo, a vida desencadeada não dependia mais dele. Ainda agora, se quisesse. Não, não era possível. E mais, que preço pagaria? Que tudo seguisse o seu destino (DOURADO, 1983, p. 236).

Observamos na atitude do estabelecido o que ainda é muito comum na sociedade que pensa em si e não no próximo. Há muitas barreiras a serem transpostas, somente a conscientização pode eliminar os diversos impeditivos

sociais dos grupos minoritários. Godofredo vai à praia e se desfaz da arma lançando-a ao mar: “Ali estava. Apalpou o bolso. Precisava se livrar logo daquilo. Ninguém saberia. Não era culpado. Que é que podia fazer?” (DOURADO, 1983, p. 236). A polícia continua a busca por Fortunato. Um louco, perigoso, armado. Ouvem-se tiros. Fortunato matou ou teria sido morto? Soldados atiram. Pensam ter matado Fortunato, ou seria Tônho que havia caído no mar? Amanhece e cada um segue sua vida.

Objetivamos com essa dissertação apresentar uma nova forma de pensar o deficiente intelectual, sobretudo na Literatura Brasileira Contemporânea, para isso optamos por: (i) analisar Fortunato e as demais personagens ao seu entorno; (ii) analisar a estrutura da narrativa em sua totalidade, a história que acontece e como ela se desenrola; (iii) refletir como o fato de ser denunciado por se apropriar de uma arma levou à crença de todos alterando o cotidiano dos moradores da Ilha e causando assim a provável morte da personagem; (iv) apresentar o vocabulário utilizado para se referirem ao personagem deficiente de forma pejorativa e os processos de exclusão por ele e sua mãe vivenciados. Notamos o quanto ainda é necessário avançar nessa área, uma vez que é possível evidenciar que a sociedade iniciou uma busca por soluções para garantir a igualdade essencial a todos os seres humanos e também em especial às pessoas com deficiência, que por muito tempo ficaram esquecidas e relegadas à própria sorte, limitadas de possibilidades na sociedade em geral e excluídas das políticas públicas.

Atualmente, esse grupo possui a proteção da Lei, no entanto, é preciso avançar para que esta saia de fato do papel e seja então concretizada. O discurso trazido por essa dissertação perpassa um modo de caminhar via narrativa literária, viabilizando o acesso a informações por intermédio da voz das personagens ali representadas, buscando, paralelo a este fato, a efetivação de práticas inclusivas a partir da sensibilização que nos aduz a Literatura, a qual se configura cada vez mais como um espaço de vozes para todos – e por quê não por todos? E, deste modo, esperamos seguir em direção rumo a uma inclusão que de fato se constitua efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o romance **A barca dos homens** (1961), a presente dissertação buscou aprofundar o conhecimento em relação a Deficiência Intelectual no campo dos Estudos Literários. Por meio da trama, o narrador permite ao leitor vivenciar julgamentos e perseguições ocorridos pela ausência de voz da personagem Fortunato, remetendo-nos, assim, à imprescindibilidade de a sociedade ser mais esclarecida em relação à deficiência e a importância de ouvir as demais partes, especialmente aquela que pela falta de prestígio é julgada e condenada de antemão. É possível verificar que as descrições da personagem, tanto física, quanto psicológica, favorecem a compreensão de sua fragilidade diante dos outros. Não obstante, ao não apresentar o comportamento como os demais da mesma idade, se torna um estranho diante dos outros indivíduos, constituindo-se alguém para quem a sociedade certamente irá olhar de maneira distinta, exatamente como acontece na obra.

O romance em voga expõe como a falta de informações detalhadas sobre o universo das pessoas com Deficiência Intelectual possibilita e estimula o uso de termos inapropriados ou equivocados, como historicamente citado pelo estudioso Romeu Sasaki (2005). Tais expressões foram empregadas para nomear pessoas com Deficiência Intelectual, as quais vão desde débil, excepcional, retardado, deficiente mental, louco, muitos de forma pejorativa e depreciativa como observamos no contexto trazido pelo livro. A utilização de cenas cotidianas e a valorização de personagens inspiradas na realidade propiciam a viabilidade de crítica social e visão irônica do universo real. Estas questões são perceptíveis no *corpus* selecionado, e sobretudo nos últimos anos, temporalidade na qual observamos, tem sido solicitado o devido espaço às vozes pertencentes às minorias. É assim, neste contexto literário e social, que se encontra o deficiente intelectual, tornando-se a obra um claro reflexo da sociedade.

No romance **A barca dos homens** (1961), fica evidente que quem fala ou quem decide na trama é quem tem prestígio, isto é, os estabelecidos. Aos *outsiders* cabe apenas silenciar e fugir. Ao analisar a obra e a personagem Fortunato, com suas características e fatores de exclusão e inclusão social, foi possível traçar um paralelo com a época de publicação do livro e perceber que as questões em torno da deficiência tornaram-se, nas últimas décadas, importante foco de discussão e

produção de saberes que confere legitimidade científica e uma visão mais íntegra das condições da deficiência. Tal perspectiva propicia maior e melhor entendimento dessa questão e mudanças na forma de inclusão social da pessoa com deficiência, perpassando pela criação de Leis e projetos com o objetivo de se estabelecer a igualdade e reconhecimento do deficiente visando a efetiva inclusão social.

No decorrer da pesquisa realizada, percebemos que a Literatura pode se constituir como meio de denúncia social para as vozes silenciadas por intermédio de seus personagens. Traçando um paralelo em relação a sua história e apropriação no terreno social, foi possível destacar e compreender a importância e a urgência destes discursos para a realidade social, o que vem a sensibilizar e contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida de tais minorias que necessitam ser ouvidas e atendidas em suas muitas demandas. Neste contexto, é necessário difundir o conhecimento sobre a Deficiência Intelectual para a sociedade a fim de contribuir para a inserção social e a igualdade essencial a todos os seres humanos. cremos que é neste ponto que a Literatura exerce importante papel, seja refletindo a sociedade no trato com o tema, seja realizando denúncias acerca desta condição de exclusão e incompreensão ou, por fim, seja nos demonstrando possíveis caminhos em relação à busca por melhores horizontes e perspectivas sociais. Afinal, como o título desta dissertação sugere, ninguém acaba débil mental.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios.** Chapecó: Argos, 2009.

AMIRALIAN, Maria et al. Conceituando deficiência. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97 - 103, 2000.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva:** atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

BAMPI, Luciana Neves da Silva et al. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, jul./ago., 2010.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria. **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. São Paulo: Papyrus, 1998.

BISOL, Cláudia et al. **Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social.** Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/356298285/6804-21082-1-PB> > Acesso em 1º de nov. 2018.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1994.

BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo (nova ortografia).** São Paulo: Piá, 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.692.** Brasília: Diário Oficial, 1971.

_____. **Educação especial:** dados estatísticos. Brasília: SEEC/MEC, 1974.

_____. **Diretrizes básicas para a ação do centro nacional**

e educação especial. Brasília: MEC, 1974.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil.**
Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Brasília: MEC, 1989.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Política nacional de educação especial.** Brasília: MEC, 1994.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Brasília: MEC, 1999.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Brasília: MEC, 2001.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.**
Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Brasília: MEC, 2001.

_____. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 2008.

_____. **Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.** Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Tipos de deficiência.** 2012. Disponível em
< <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia> >
Acesso em 16 de mai. de 2019.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.
CAPARELLI, Sérgio. **Gaspar e a linha dneiperpetrovski**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de; MACIEL, Diva Maria Moraes de Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 147 - 156, 2003.

CENSO 2010. **Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, de espíritas e sem religião**. 2010.
Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2170&view=noticia> > Acesso em 3 de mar. 2018.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

CRUZ; Mafalda Luzia Coelho Madeira. **Debilidade Mental e o sintoma em Psicanálise**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Psicologia). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

DALCASTAGNÉ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 3, p. 114 - 130, 2001.

_____. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18 - 31, 2007

_____. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, Horizonte, 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Assembleia geral das nações unidas em Paris. 1948.

Disponível em <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>

Acesso em 14 de mai. de 2019.

DÉO, Adriana Fortes; PEREIRA, Jeanete Aparecida Ferri.

A triangulação entre deficiência intelectual, funcionalidade humana e apoios.

Disponível em <http://www.revistafaag.com.br/revistas_antiga/upload/4_87-266-1-PB.pdf>

Acesso em 1º de nov. 2018.

DICHER, Marilu; TREVISAN, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com**

deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana.

Disponível em <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>

Acesso em 1º de nov. 2018.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DOURADO, Autran. **A barca dos homens**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. **Uma poética de romance; matéria de carpintaria**.

Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Breve manual de estilo e romance**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:**

sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.

São Paulo: Zahar, 2000.

FAULKNER, William. **O som e a fúria**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

FREITAS, D. P.; RODRIGUES, G. M. O processo de aprendizagem mediado

pelo meio líquido: uma experiência com uma pessoa com síndrome de Momo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 119 - 125, 2007.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FRANK, Juliana. **Meu coração de pedra-pomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FOUCAULT, Michael. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FUKS, Julián. **Autran Dourado diz que escrever não dá prazer e é uma fatalidade**. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u52320.shtml> > Acesso em 30 de out. 2018.

GIORDANO, Warzée Blanche. **(D)eficiência e trabalho**: analisando suas representações. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

GLAT, R. **Saúde sexual, deficiência e juventude em risco**. Rio de Janeiro, Março de 2004.

_____.; PLETSCHE, M. D. Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais. **Revista Educação Especial**, Rio Grande do Sul, n. 24, 2004.

GONZAGA, Eugênia Augusta; MEDEIROS, Jorge Luiz Ribeiro (orgs.). **Ministério público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília: ESMPU, 2018.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração direta e indireta**. Goiânia: Editora UVG, 2006.

_____. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

_____. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** 2009. Disponível em < <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd> > Acesso em 11 de jun. 2018.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H.; KLAUS, P. H. **Mothering the mother:** how a doula can help you have a shorter, easier, and healthier birth. Massachusetts: Perseus, 1993.

LIMA, Solange Rodvalho; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual e terminalidade específica: a voz das famílias. **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, Londrina, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela.** 17. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

LUCKASSON, R. et al. **Mental retardation:** definition, classification, and systems of support. Washington: DC, 2002.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência.** Disponível em < <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf> >. Acesso em 21 de abr. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVEIRA, Marcos José da **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOGRABI, Alexandre Nascimento. **A travessia de A Barca dos Homens**

de Autran Dourado nas ondas do fluxo de consciência. 137 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras).
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges et al. **Cartilha do censo 2010:**
pessoas com deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.
OLIVEIRA, Maria de Lourdes Abreu de. Mitos revisitados: um exercício intertextual.
Verbo de Minas, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p.101 - 111, 1999.

OMS. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps:**
a manual of classification relating to the consequences of disease. Geneva:
1993.

_____. **Relatório mundial sobre a deficiência.** São Paulo: SEDPcD, 2012.

_____. **Declaração de direitos do deficiente mental.** 1971.
Disponível em <
http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php#decladdm >
Acesso em 14 de mai. de 2019.

PANIAGUA, G.. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais.
In: COOL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (orgs.). **Desenvolvimento psicológico
e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria.
Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social.
Ser Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168 - 185, jan./jun., 2017.

PERNAMBUCO, Juscelino. Diálogos pertinentes. **Revista Científica de Letras**,
São Paulo, v. 6, n. 1, p. 13-28, jan./jun., 2010.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental:** da superstição à ciência.
São Paulo: EDUSP, 1984.

PICCHIO, Stegagno Luciana. **História da literatura brasileira.** 2. ed.
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil:
da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos
de Políticas Educativas**, São Paulo, v. 22, n. 81, 2014.

RESENDE, Ana Paula Crossara; VITAL, Flávia Maria de Paiva.
A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada.
 Brasília: SEDH, CNIPPD, 2008.

RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica.
 In: TUNDIS, S.; COSTA, N. (org.). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental**
 no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ROCHA, Eucenir Fredini. **Reabilitação de pessoas com deficiência,**
a intervenção em discussão. São Paulo: Roca, 2006.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo um a sociedade para todos.**
 Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____. **Deficiência mental ou deficiência intelectual.** 2004. Disponível em <
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=2ahUK Ewis68D0rbPeAhUCWpAKHVctDN4QFjABegQIBxAC&url=https%3A%2F%2Fmoodl e.unesp.br%2Fava%2Fpluginfile.php%2F110150%2Fmod_folder%2Fcontent%2F0% 2FDEFICI%25C3%258ANCIA%2520MENTAL%2520OU%2520DEFICI%25C3%258 ANCIA%2520INTELECTUAL%2520%25E2%2580%2594%2520Laborat%25C3%25 B3rio%2520de%2520Acessibilidade.pdf%3Fforcedownload%3D1&usg=AOvVaw05N qa6D2kYpII_D_rJP2a2 > Acesso em 1º de nov. 2018.

_____. **Terminologia na era da inclusão.** 2005. Disponível em <
https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ ERA_DA.pdf?1473203540>. Acesso em 1º de nov. 2018.

_____. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?. **Revista Nacional de Reabilitação,** São Paulo, n. 43, mar./abr., p. 9 - 10, 2005.

SEIXAS, Maysa Santos. **Challenge and prospects of Inclusion: equity and**
 professionalization of people with down syndrome. 69 f. Trabalho de Conclusão de
 Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, Otto Marques de. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história**
 do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

_____. **Epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem**
 e de hoje. São Paulo: Editora Faster, 2009.

SHAKESPEARE, T. Disability, identity and difference. In: BARNES, C.; MERCER, G.

Exploring the divide: illness and disability. Leeds: The Disability Press, 1996.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão escolar:** concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, Ida Mara (org.). **Um olhar sobre a diferença:** interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papyrus, 1998.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual. **Educação em Perspectiva,** Viçosa, v. 3, n. 2, p. 359 - 373, jul./dez., 2012.

VEREZA, C. Artigo 29 – Participação na vida política e pública. IN: **Formação continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado em deficiência mental.** Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

WAJNSZTEJN, A. C.; WAJNSZTEJN, R. **Dificuldades escolares:** um desafio superável. São Paulo: Artemis, 2007.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 2000.